

**ANPOCS** **b i b**  
Revista Brasileira de Informação  
em Ciências Sociais

**13**



RELAÇÕES INTERNACIONAIS E POLÍTICA  
EXTERNA BRASILEIRA \*

Gerson Moura  
Maria Regina Soares de Lima

---

Nesta bibliografia serão arroladas contribuições que analisam o sistema internacional em seu conjunto ou parte dele, bem como referências que dizem respeito às relações internacionais do Brasil. A natureza interdisciplinar deste campo de estudos tornaria impraticável, nos limites desta resenha, um levantamento exaustivo e sistemático da produção brasileira na área.<sup>1</sup> Desta forma, optamos por privilegiar enfoques de cunho político, sociológico e histórico e, praticamente, excluir tanto os estudos na área de direito internacional, que apresentam uma especificidade própria, quanto as análises de política econômica externa e as abordagens estruturais sobre as vinculações entre economia nacional e economia mundial. Tendo em vista os objetivos desta resenha, decidimos incluir algumas contribuições mais significativas no campo do pensamento geopolítico brasileiro. Trata-se de uma produção não-acadêmica, elaborada principalmente no meio militar, de natureza eminentemente normativa e programática que, como tal, constitui fonte primária importante para o estudo da política internacional do Brasil.

---

\* Resenha publicada no BIB n.º 13.

1. Para uma análise das diferentes perspectivas no estudo das relações internacionais, ver Celso Lafer, "El Estudio de las Relaciones Internacionales: Necesidades y Perspectivas", *Estudios Internacionales*, Ano XI, n.º 43, jul.-set., 1978.

De modo geral, o conjunto das obras arroladas é bastante heterogêneo, com diferenças sensíveis de qualidade. Algumas delas, de cunho ensaístico e mesmo polêmico, fornecem, porém, indicações expressivas da natureza do debate internacional no país à época em que foram escritas. As referências mais recentes tendem a demonstrar maior rigor de análise, mas apresentam considerável dispersão e fragmentação temática, o que reflete a pouca tradição acadêmica deste campo de estudos no Brasil. Assim, num esforço de fornecer uma listagem relativamente abrangente da produção mais recente na área, pareceu-nos pertinente incluir não apenas livros e artigos publicados em revistas especializadas, mas também teses e trabalhos ainda não publicados. A grande maioria das referências listadas é de autores brasileiros. A produção internacional sobre política externa brasileira é relativamente extensa, pelo que foram mencionados apenas os autores e obras mais conhecidos no meio acadêmico brasileiro.

As referências foram organizadas em cinco itens:

1. Sistema internacional: estrutura e dinâmica;
2. Relações internacionais da América Latina;
3. Relações internacionais do Brasil;
4. Análises e formulações geopolíticas;
5. Fontes e referências.

A fim de facilitar a consulta ao material bibliográfico, em vista de sua heterogeneidade e dos diferentes níveis e unidades de análise a que se referem cada uma destas categorias, os autores foram listados em ordem alfabética dentro de cada uma delas.

#### **1. Sistema internacional: estrutura e dinâmica**

Os trabalhos reunidos neste item estão voltados para o estudo das estruturas e processos políticos e econômicos que caracterizam o sistema internacional contemporâneo.

Um certo número de contribuições analisa a evolução recente no esquema da divisão internacional do trabalho e na sua ordenação institucional, comercial e financeira (Coutinho, 1977; Coutinho & Beluzzo, 1979). Estes trabalhos procuram apontar as raízes da crise econômica atual a partir dos desenvolvimentos contraditórios da ordem político-econômica instituída no pós-guerra. Furtado (1973), Martins (1975) e Souza (1980) analisam o processo de internacionalização da economia e concentração dos mercados e da produção à escala

mundial, assinalando os padrões de competição econômica e política gestados pela interdependência econômica e pela estrutura oligopólica da produção. Uma visão da presente crise econômica à luz das tendências contraditórias entre transnacionalização e o poder relativo dos Estados nacionais aparece em Coutinho (1975) e Tavares (1975). Para uma perspectiva crítica das políticas econômicas seguidas pelos países industrializados e seus efeitos sobre a crise atual, ver Castro (1975) e Doellinger (1975 a e b).

Em uma outra perspectiva situam-se as contribuições que privilegiam as relações interestatais, com base na análise dos aspectos estruturais que conformam o sistema de Estados contemporâneos e das mudanças operadas na ordem mundial do pós-guerra. Castro (1972), Jaguaribe (1977b) e Lafer (1972) apontam para a estrutura eminentemente oligárquica desta ordem, baseada na supremacia das duas superpotências e na distribuição desigual dos recursos econômicos, assinalando os limites e possibilidades que tal configuração representa para as regiões periféricas. A natureza e principais características do império americano são objeto de tratamento extenso em Jaguaribe (1977a). Em outro trabalho, este autor examina, de uma perspectiva histórico-comparada, a constituição das relações centro-periferia, focalizando a seguir a questão da autonomia das áreas periféricas no âmbito do império americano (Jaguaribe, 1980a). O exame das brechas na estrutura oligárquica do sistema mundial, em função das modificações no interior de cada um dos dois sistemas de aliança, do aumento da diferenciação econômica e política entre países e da emergência de novos centros de poder regional é objeto dos trabalhos de Lafer (1977) e Jaguaribe (1977b). Esta temática está também presente nos trabalhos que apresentam os principais aspectos políticos e econômicos que configuram uma nova ordem internacional (Castello Branco, 1975; Rangel, 1975; Souto Maior, 1975; Zappa, 1975). No âmbito do debate sobre a nova ordem, Lafer (1982) delinea os elementos de persistência e mudança nas relações interestatais e no mercado mundial.

De uma perspectiva analítica relativamente distinta, Bahia (1978) aponta para a natureza conservadora, militarista e imperialista da ordem das soberanias, constituída por Estados que disputam objetos patrimoniais de forma excludente. A noção de patrimônio comum da humanidade é desenvolvida em trabalho que trata da evolução histórica do Direito do Mar (Mattos, 1974). No contexto da regulamentação jurídica da apropriação dos fundos marinhos, Caubet (1979) analisa o confronto entre as posições dos países industrializados e dos países

em desenvolvimento. O conceito de domínio reservado dos Estados nas relações internacionais é examinado por Trindade (1979a e b), em vista da proliferação, em anos recentes, de organismos internacionais e multilaterais. A questão da soberania exclusiva dos Estados nacionais face à importância das empresas multinacionais é tratada em Caubet (1977).

Em um plano mais específico, alguns trabalhos focalizam a economia política das relações Norte-Sul, examinadas a partir de um ponto de vista crítico das atuais regras de funcionamento da economia mundial e seu impacto sobre os países do Sul, particularmente a América Latina (Abdenur e Sardenberg, 1981; Jaguaribe, 1972, 1980b; Lafer, 1971, 1977; Malan, 1980; Munhoz, 1978). A aliança entre os países do Sul, como forma de aumentar o poder de barganha desse segmento frente aos países centrais, é sugerida por Lafer (1975) e Rodrigues (1965).

## **2. Relações internacionais da América Latina**

As contribuições a seguir tratam das relações internacionais da América Latina, a partir de perspectivas de análise distintas. De modo geral, a reflexão brasileira sobre a região está calcada nas análises sobre a dependência que marcaram o debate intelectual latino-americano nos anos 60 e início dos 70.

Historicamente, as relações internacionais dos países latino-americanos, com a óbvia exceção de Cuba, foram pautadas pelo predomínio de seus vínculos bilaterais com o "colosso do Norte" e, conseqüentemente, pela escassa importância, seja das relações com outros países fora da região, seja das relações intra-regionais. Desta forma, a maior parte das referências bibliográficas concentra-se no relacionamento Estados Unidos-América Latina, quer a partir de um enfoque estrutural, examinando-se o papel predominante desse país na área e as conseqüências sobre os processos internos latino-americanos, quer através da análise da política norte-americana para a região.

Assim, Ianni (1974 e 1976) procura incorporar a análise da dependência à linha clássica de interpretação do imperialismo. Furtado (1973), por sua vez, examina o processo de concentração do poder econômico nos Estados Unidos e seus reflexos na região, no contexto da evolução recente da economia mundial. As diferentes estratégias políticas das empresas norte-americanas na América Latina são estu-

dadas por Martins (1973), bem como as práticas de competição entre empresas norte-americanas e européias na região, e as diferentes respostas das elites latino-americanas à atuação das multinacionais na área (Martins, 1975). O estudo da política externa dos Estados Unidos e suas implicações no que se refere à América Latina é objeto dos trabalhos de Hirst e Lima (1981), Ianni (1973), Jaguaribe (1977) e Lafer (1972).

A partir dos anos 70, novos condicionantes no plano internacional, particularmente o declínio relativo do poder hegemônico dos Estados Unidos no plano mundial, vão permitir uma progressiva diversificação das relações econômicas, políticas e militares dos países latino-americanos. Diante deste novo contexto internacional, Barros (1981) discute as várias implicações das relações de defesa e segurança envolvendo os Estados Unidos, Europa Ocidental e América Latina, apontando para os diferentes interesses de cada um desses atores que tendem a inviabilizar a formalização de uma aliança deste tipo. Pomper Mayer e Schmidt (1974) analisam a evolução das relações da América Latina com uma potência extra-regional, a União Soviética, detendo-se nas dimensões econômicas deste relacionamento em suas manifestações presentes. Buarque (1980), Cavalcanti (1979) e Vieira (1980) focalizam o processo de internacionalização da política na América Latina, resultado do esforço dos partidos socialistas europeus para penetrarem na região, num contexto de relativa diminuição do peso hegemônico dos Estados Unidos no plano mundial e regional.

A maior saliência das relações intra-regionais, em anos recentes, refletiu-se na importância conferida às temáticas da integração e do conflito na região.

O processo de integração latino-americano, particularmente a experiência da ALALC (atual ALADI), é examinado de uma perspectiva otimista por Aleixo (1970) e Almeida (1980). Doellinger (1979) ressalta as dificuldades envolvidas no processo de integração, em vista das diferenças entre os estágios de desenvolvimento dos países da área, apontando para o retorno à cooperação bilateral. De um ponto de vista crítico, Furtado (1973) salienta os vínculos entre a política de ajuda externa dos Estados Unidos e a atuação das corporações norte-americanas na América Latina, tendo em vista as consequências negativas sobre o processo de integração econômica da região. Silva (1982) procura repensar a problemática da integração, no atual contexto latino-americano sugerindo possíveis estratégias alternativas para a região.

Barros (1975 e 1976) sugere a existência de um novo estilo diplomático que estaria determinando a política internacional na América Latina, com baixa participação das grandes potências. Em outro trabalho, argumenta que estariam aumentando as probabilidades de conflito armado na região em função das modificações do contexto internacional e de mudanças internas de natureza demográfica, econômica, política e militar (Barros, 1980). Num plano mais específico, Aleixo (1981) analisa o impacto do conflito entre El Salvador e Honduras sobre o processo de integração centro-americano.

### **3. Relações internacionais do Brasil**

Na organização das referências bibliográficas sobre as relações internacionais do Brasil utilizamos dois critérios de classificação. Por um lado, levamos em conta a dimensão temporal, considerando separadamente os estudos históricos que dizem respeito às relações internacionais do país até o final da República Velha e os estudos contemporâneos referidos à política externa pós-30. Por outro, empregamos um critério regional, examinando, em itens distintos, a produção bibliográfica sobre o relacionamento do Brasil com os Estados Unidos, América Latina e África, áreas de maior relevância nas relações internacionais do país.

Persistem lacunas significativas na historiografia do período contemporâneo. Nota-se uma concentração de estudos e pesquisas com relação ao primeiro período Vargas, à fase posterior a 1964 e, em menor número, à etapa da política externa independente. O período imediatamente posterior à 2.<sup>a</sup> Guerra e a conjuntura dos anos 50, momentos decisivos no desenvolvimento capitalista brasileiro, só muito recentemente começam a ser estudados de forma mais sistemática. No geral, percebe-se também um certo paroquialismo na produção brasileira, na medida em que são relativamente escassos os trabalhos que procuram imprimir uma perspectiva comparativa à análise da política externa brasileira.

#### **a) Estudos históricos**

Sob este título agrupam-se obras gerais e específicas, estudos políticos e econômicos de relações internacionais e política externa até o final da República Velha.

Os textos mais gerais, que cobrem longos períodos, apresentam-se sob a forma tradicional de "história diplomática" (Carvalho, 1959; Vianna, 1958; Mendonça, 1945; Mello, 1950; Macedo, 1963).

As obras mais específicas tendem a ser mais analíticas, sejam elas centradas em questões econômicas ou problemas políticos. Assim, a abordagem política do século XIX aparece em textos que englobam a totalidade do período (Seckinger, 1978; Cervo, n.p.), bem como na análise de questões específicas, tais como a política internacional do Brasil logo após a independência (Cervo, 1978; Freitas, 1958; Rodrigues, 1975), o rompimento de relações do Brasil com a Inglaterra em 1862 (Graham, 1962) e a revolta da armada em 1893 (Calhoun, 1980; Costa, 1979). Os problemas econômicos do século XIX acham-se melhor representados por trabalhos sobre a presença britânica no Brasil (Castro, 1979; Graham, 1968; Manchester, 1973; Singer, 1975), a abolição do tráfico negreiro (Bethell, 1970) e o comércio exterior do Brasil (Silva, 1953).

A passagem para o século XX concentra-se na figura e na obra do Barão do Rio Branco, como o artífice da mudança do eixo da política externa brasileira na direção de uma aproximação com os Estados Unidos (Abranches, 1945; Burns, 1966 e 1977; Napoleão, 1947). Preocupação similar é encontrada em estudos sobre Joaquim Nabuco (Cavalcanti, 1975; Costa, 1968). O envolvimento brasileiro na Primeira Guerra Mundial foi objeto de estudo de Valla (1976) e Silva (1979).

#### **b) Estudos contemporâneos**

São relativamente escassas as análises sobre as relações internacionais do Brasil em seu conjunto, a partir de uma dimensão temporal mais ampla. Com base na análise histórica, Leite (1969) e Rodrigues (1962) apontam para os fundamentos e os elementos mais permanentes da política exterior brasileira. Por sua vez, Lafer (1967), utilizando-se de uma perspectiva de análise sistêmica e de evidências históricas, assinala a saliência do sistema interamericano para o Brasil, observando que os conflitos dentro do sistema variaram de acordo com as pressões internas brasileiras e as pressões externas norte-americanas. Ferreira (1977) destaca as principais vertentes do pensamento político elaborado pelas elites brasileiras com relação à conduta internacional do país: o esplêndido isolamento com adesão vital aos Estados Unidos;



a função medianeira do Brasil no sistema interamericano; as formulações da política externa independente e a concepção geopolítica.

A análise exaustiva das principais decisões de política econômica que irão conformar o padrão de industrialização brasileira e suas vinculações externas é objeto do trabalho de Martins (1976). Mallan *et alli* (1977) explicitam as relações entre a condução da política econômica externa e a conjuntura internacional nos anos que vão da implantação do Estado Novo ao final do segundo governo Vargas. As relações econômicas internacionais do Brasil na etapa de vigência do populismo são analisadas por Mallan (n.p.).

A maior parte da literatura sobre a política exterior no período posterior a 1930 está concentrada, porém, em três conjunturas políticas particulares: a era Vargas, a fase da política externa independente e a etapa atual, particularmente a política externa do regime militar brasileiro a partir dos anos 70.

#### *O período Vargas*

A abertura de documentação estrangeira e brasileira sobre o período 1930-1945 tem feito surgir um número crescente de estudos econômicos e políticos sobre as relações exteriores do Brasil sob o Governo Vargas.

Os estudos sobre o conjunto deste período são freqüentemente descritivos (Pinsky, 1968), embora alguns se fundamentem em fontes primárias brasileiras, americanas, alemãs e italianas (Seitenfus, n.p.; Hilton, 1977a, 1977b). Tentativas de periodização e discussão de conceitos analíticos sobre o período acham-se em Moura (1980b) e Seitenfus (1980). A política externa brasileira sob a pressão cruzada das influências alemã e americana entre 1935-42 foi examinada em termos de "jogo duplo de Vargas" (Gambini, 1977) e de "equidistância pragmática" (Moura, 1980a). Os estudos econômicos sobre o período 1930-45 estão representados especialmente por Abreu (1977) e Wirth (1973).

Alguns trabalhos detêm-se mais de perto nas relações brasileiro-norte-americanas (McCann, Jr., 1973; Giffin, 1972), enquanto outros procuram discutir o envolvimento brasileiro na segunda guerra mundial, seja de um ponto de vista mais político (Hilton, 1977c, 1979; McCann, Jr., 1979a, 1979b; Vigevani, 1978), ou predominantemente militar (Lins, 1975; Duarte, 1971; Farias, 1949). A montagem do

projeto imperialista americano como o contexto fundamental das relações exteriores do Brasil entre 1942-45 foi estudada por Hirst (1982).

#### *A política externa independente*

A política externa brasileira sob os governos Quadros e Goulart assumiu um papel extraordinariamente importante, não apenas por ter-se constituído em redefinição profunda de rumos anteriores da política externa, como pelo fato de ter estabelecido como que um “modelo” de certo modo retomado pela diplomacia brasileira nos dias atuais.

São poucos, porém, os textos do período, alguns dos quais foram escritos pelos próprios atores daquela política (Quadros, 1961; San Tiago Dantas, 1962). Análises mais elaboradas foram realizadas por Araújo (1970), Almeida (1962), Poerner (1965) e Storrs (1973). Ressalta-se na maioria dos autores a preocupação de apresentar e discutir os conceitos de autodeterminação dos povos e de não-intervenção, que caracterizavam aquela política.

Um ataque polêmico à política externa independente pode ser encontrado em Dubnic (1966 e 1968), que a considera de caráter “comunizante”. A defesa daquela política deve ser buscada na revista *Política Externa Independente*, que circulou entre 1965-66. (Rodrigues, 1965 e 1966).

#### *A política externa recente*

A partir do início dos anos 70, a postura internacional do Brasil vai se afastar sensivelmente dos rumos imprimidos à política externa no primeiro governo militar, marcada pelo alinhamento rígido com os Estados Unidos. É possível apontar para diferentes interpretações na análise do período pós-64.

Um certo número de autores explorou a hipótese da emergência do Brasil como grande potência. Alguns dos trabalhos estão baseados no que se convencionou chamar *capability analysis*, na qual certos atributos, tais como a extensão do território e da população, a disponibilidade de recursos naturais, o crescimento do produto nacional bruto e a participação no comércio internacional são levados em conta na avaliação da posição internacional do país (Mattos, 1975 e 1977; Selcher, 1979 e 1981). De modo geral, os autores que partiram desta

hipótese concluíram que o Brasil poderia ser considerado uma potência média, país quase industrial. Neste sentido, a dinâmica do crescimento econômico brasileiro estaria permitindo ao país desempenhar um papel internacional progressivamente mais autônomo, resultando em um acelerado processo de ascensão na estratificação internacional do poder (Bailey & Schneider, 1974; Perry, 1976; Roett, 1975; Schneider, 1977).

Um outro tipo de interpretação procurou derivar o papel internacional do país em função da natureza "subimperialista" do modelo de desenvolvimento implantado no Brasil no período do pós-64. Desta forma, o projeto de transnacionalização da economia e da sociedade brasileira, acentuado pelo governo militar, redundaria na subordinação das políticas do regime às necessidades de acumulação do setor transnacional e na estreita complementaridade de interesses entre o Brasil e os Estados Unidos. Ao Brasil estaria reservado um papel subimperial ou de aliado preferencial no contexto regional latino-americano (Marini, 1972). Esta perspectiva de análise minimizou as mudanças que ocorreram na política externa durante a primeira década de governo militar e enfatizou o comportamento "expansionista e belicoso" do Estado brasileiro no tocante aos países da América do Sul (Marini, 1972; Shilling, 1981).

A crítica a estas duas interpretações foi feita por Peixoto (1980). O autor sugere que se faça uma distinção entre o aumento dos recursos do país como resultado do processo de crescimento econômico, por um lado, e o emprego destes recursos com fins hegemônicos, por outro. Observa que o caso brasileiro combina elementos derivados de uma estratégia de potência, com efeitos naturais do desenvolvimento econômico. Segundo Peixoto, algumas iniciativas da política externa, que poderiam ser consideradas como manifestações de um projeto hegemônico, foram, na prática, respostas a certos obstáculos criados pelo processo de desenvolvimento econômico do país.

A hipótese de reformulações significativas na política externa brasileira na década 64-74 foi desenvolvida por Martins (1975). Para o autor, estas modificações derivam de transformações no desenvolvimento capitalista brasileiro neste período e do reordenamento das posições relativas ocupadas pelos três eixos em torno dos quais se articula o processo produtivo: o setor estatal, o segmento transnacional da economia e o capital nacional. Desta forma, a "diplomacia do interesse nacional", típica do governo Médici, expressaria o progres-

sivo controle político do processo decisório por parte das burocracias civis e militares sob o comando dos principais órgãos e agências do Estado.

Esta perspectiva de análise está presente também nos trabalhos voltados para o exame da política externa "pragmática" posta em prática a partir do governo Geisel. Tal política é vista como um projeto relativamente articulado entre as elites estatais, que busca assegurar uma presença internacional própria, com vistas a aumentar a capacidade de influência do país em questões globais e, sobretudo, fazer face à situação de vulnerabilidade gerada pela crescente dependência aos fatores externos. A tentativa de redefinir a inserção do país no plano internacional se expressaria, na prática, em uma política de alianças flexíveis entre os países do Norte e os do Sul, produzindo realinhamentos significativos no plano internacional (Fragoso, 1981; Grabendorff, 1979; Góes, 1981; Lima e Moura, 1980; Vigevani, 1981).

Barros (1982) e Lafer (1975 e 1979), assinalando a importância do setor externo para o crescimento interno do país, examinam o processo de formação e condução da política externa. Apontam para a existência de uma diversidade de atores operando no plano internacional e a complexidade crescente na administração da política externa. A análise dos mecanismos decisórios do governo Geisel e do papel dos segmentos militar e burocrático nos processos que geraram decisões importantes de política externa neste período está em Góes (1978).

A diplomacia multilateral do governo brasileiro é objeto dos trabalhos de Morris (1979), Selcher (1978) e Trindade (1981). Examinando a posição brasileira em diversas questões e agências multilaterais no campo econômico, Selcher aponta para a diferença de peso entre a diplomacia multilateral e a bilateral. O Brasil valorizaria as relações multilaterais apenas para estabelecer e promover a presença global do país. Os resultados mais importantes da atuação multilateral são esperados a nível das relações bilaterais com parceiros importantes.

As implicações para as relações internacionais do país em consequência do desenvolvimento da indústria de armamentos e da exportação de equipamentos bélicos são elaboradas por Brigagão (1978b e 1981). Costa (1981) examina o desenvolvimento da indústria de defesa brasileira e Brigagão (1982) delinea a evolução do sistema militar de pesquisa e desenvolvimento.

Baer e Doellinger (1978) e Malan (1978b) analisam o processo de integração do Brasil à economia internacional e seus efeitos nas escolhas de políticas substantivas domésticas. Em outro trabalho, Malan (1978a) aponta para a redução das margens de manobra do país em vista das difíceis condições econômicas internacionais. As perspectivas para a década de 80 sugerem que questões como comércio, investimento e energia condicionarão de forma crescente os rumos da política externa brasileira (Barros, 1980; Jaguaribe, 1979; Roett, 1981).

### c) **Brasil-Estados Unidos**

Tendo em vista a presença historicamente preponderante dos Estados Unidos na América Latina, as relações internacionais do Brasil limitavam-se, até recentemente, ao relacionamento com este país. Assim sendo, o alinhamento aos Estados Unidos ou o rompimento desse alinhamento na direção de uma política de maior independência constitui o eixo principal das formulações da política externa brasileira ao longo do tempo. A temática das relações Brasil-Estados Unidos está presente, portanto, nos trabalhos que analisam a mudança da orientação europeísta da diplomacia brasileira em favor de uma aproximação com os Estados Unidos, durante a República Velha (ver item "Estudos Históricos"), bem como nas contribuições que examinam a política exterior da época Vargas, o período da política externa independente e a fase pós-64.

Alguns trabalhos concentram-se nos aspectos históricos da presença norte-americana na sociedade e na economia brasileiras, focalizando tanto o período imediatamente posterior à independência do Brasil (Wright, 1972, 1974 e 1978), quanto os primeiros trinta anos do século XX, quando se consolidam as relações econômicas com os Estados Unidos (Valla, 1972, 1978). D'Araújo e Moura (1978) analisam a reação negativa dos industriais brasileiros à assinatura, em 1935, do Tratado Comercial com os Estados Unidos, e a articulação política de seus interesses com vistas a revogar este acordo. A política de penetração cultural dos Estados Unidos nos anos 40, como instrumento significativo na constituição do sistema de poder norte-americano, foi analisada por Moura (1981). Abarcando um longo período histórico, Bandeira (1973) examina a influência norte-americana sobre a história brasileira, do período colonial à queda de João Goulart.

A literatura sobre os anos 60 focaliza as conseqüências, no plano da conjuntura político-econômica interna, dos diversos programas de assistência militar e cooperação técnica, enfatizando a utilização política da ajuda externa pelos Estados Unidos (Bell, 1972; Black, 1977; Duarte, 1968; Roett, 1972). Neste contexto, a liberação da documentação depositada nas bibliotecas presidenciais norte-americanas permitiu o relato minucioso das atividades norte-americanas no Brasil no início da década de sessenta, trazendo à luz o papel significativo dos Estados Unidos nos acontecimentos que redundaram no golpe de 1964 (Corrêa, 1977; Parker, 1977).

O debate ideológico que marcou o período de vigência do regime populista no Brasil é examinado por Jaguaribe (1958), que identifica duas posições opostas com referência ao relacionamento com os Estados Unidos e aos objetivos da política externa. A posição americanista, partidária de um alinhamento total a esse país, contrapunha-se a corrente nacionalista, que propugnava o estreitamento dos vínculos com a América Latina, a articulação com o bloco Afro-Asiático e o neutralismo no tocante ao conflito leste-oeste. Enfocando também o impacto da dinâmica interna sobre as opções externas, Martins (1972) analisa as relações Brasil-Estados Unidos, a partir das variações observadas na estrutura de poder e na composição política dos regimes pré e pós-64.

De um modo geral, a literatura sobre o tema concentra-se no período pós-64. Algumas das referências examinam a inflexão da política externa durante o primeiro governo militar, a partir da adoção da política de interdependência e de alinhamento incondicional aos Estados Unidos (Boér, 1964; Marini, 1968; Moreira, 1967; Poerner, 1965). Grande parte dos trabalhos está voltada, porém, para a etapa de redefinição das relações com os Estados Unidos, no bojo da política externa "pragmática" posta em prática pelos governos militares a partir de meados dos anos 70. Os estudos sobre este período apontam para as divergências entre os dois países que se manifestaram seja no plano político, a propósito da assinatura do Acordo Nuclear com a Alemanha, da política de direitos humanos do Governo Carter e do cancelamento do Acordo de Assistência Militar, seja no campo das questões comerciais, envolvendo as exportações brasileiras para o mercado norte-americano (Brigagão, 1978; Evans, 1979; Fishlow, 1978-79; Hirst, 1980; Lima e Moura, 1980; Souza e Santos, 1979; Wesson, 1981). As divergências entre os dois países em função das discrepâncias entre, por um lado, o projeto externo do governo Reagan,

calçado na restauração do poder econômico dos Estados Unidos e na reativação do conflito leste-oeste e, por outro, os objetivos da política externa brasileira atual, são analisadas por Hirst (1981) e Vieira (1981). Finalmente, a dinâmica do relacionamento Brasil-Estados Unidos, num futuro próximo, estará configurada pela existência de divergências latentes e manifestas a nível das relações de governo a governo e pelo estreitamento e ativação dos vínculos ao sistema financeiro privado norte-americano (Jaguaribe, 1982).

#### **d) Brasil-América Latina**

Embora ainda restritas em número, as análises sobre as relações entre o Brasil e os demais países latino-americanos apresentam uma interessante riqueza conceitual e de proposições sobre a política externa brasileira.

Diferentes polaridades emergem desse debate, tais como integração x desenvolvimento isolado, universalismo x regionalismo, multilateralismo x bilateralismo etc. Uma apresentação de várias dessas polaridades, assim como sua rejeição, é feita por Sardenberg (1980). O debate entre integração x desenvolvimento isolado aparece em Jaguaribe, que ataca o bilateralismo que se fundamenta em competição fútil com a Argentina, e defende formas de integração econômica, militar e científica argentino-brasileira como orientação para a presença brasileira no continente (Jaguaribe, 1975). Essa última proposição de cooperação aparece também em Pinto (1959). Ferreira (1977) atribui à política externa brasileira um caráter de formulação geopolítica de cunho neonacionalista, cujo objetivo seria a afirmação do país no plano político internacional. Lima (1982) examina a evolução recente das políticas externas do Brasil e do México, no contexto latino-americano.

A discussão de tópicos específicos na relação do Brasil com os demais países latino-americanos concentra-se no debate sobre a Amazônia, seja em seus aspectos históricos (Reis, 1968), ou quanto aos problemas atuais (Mattos, 1974), especialmente a questão do Pacto Amazônico assinado a 3-7-1978 (Ricupero, 1980; Mattos, 1981).

Por sua importância e volume de produção bibliográfica, as relações entre o Brasil e os países do Prata aparecem em separado, a seguir.

## O Brasil e o Prata

As estreitas relações de cooperação/conflito mantidas entre o Brasil e os países da bacia platina têm sido preocupação de historiadores, cientistas políticos e pensadores militares. Por isso o tema ocupa, de longe, o primeiro lugar na bibliografia de relações brasileiro-hispano-americanas.

Os *estudos históricos* sobre este tema ora detêm-se em interpretações abrangentes de dois ou três séculos de história, ora se circunscrevem ao estudo de períodos restritos ou de um único evento. As interpretações abrangentes apresentam preocupações geo-históricas (Barreto, 1963), especificamente políticas (Hilton, 1978; Soares, 1955), ou ainda histórico-culturais (Velinho, 1964). Os estudos de conjunturas do século XIX dizem respeito a questões tais como a guerra da Cisplatina, as campanhas contra Oribe e Rosas, a guerra da Tríplice Aliança (guerra do Paraguai) e a questão de Palmas (ou Misiones), e constituem em geral uma literatura de pouco rigor analítico, de cunho mais descritivo e freqüentemente justificadora de políticas ou ações do governo imperial brasileiro (Besouchet, 1949; Calmon, 1978; Carneiro, 1946; Melo, 1963; Pessoa, 1953; Soares, 1956; Souza, 1978). Exceções a essa tendência são os autores que procuram relacionar o comportamento dos atores a determinações e condicionantes políticos, sociais e econômicos mais amplos, assim como ao contexto internacional mais abrangente. É o caso dos estudos sobre o Paraguai sob Francia (Ramos, 1959), a guerra do Paraguai (Chiavenatto, 1979), a guerra Farroupilha (Leitman, 1979) e a política platina brasileira no séc. XIX (Pommer, 1979). Hann (1967) relaciona os avanços e recuos da política externa brasileira no Prata a questões de política interna. Os estudos relativos ao século XX concentram-se nas relações brasileiras com a Argentina de Perón (Carneiro, 1978; Martins, 1950).

Os *estudos contemporâneos* sobre política brasileira no Prata podem ser agrupados em três temáticas principais: análises de política, problemas geopolíticos e assuntos relativos ao aproveitamento dos recursos da bacia platina.

1. As análises de política concentram-se na questão da liderança e prestígio político, ligados ao fortalecimento brasileiro face aos seus vizinhos (Barros, 1980; Tambs, 1979), ao mesmo tempo que propugnam formas de colaboração e integração econômico-financeira, militar e tecnológica (Jaguaribe, 1982; Lafer e Peña, 1978; McDowell, 1973).



2. Os problemas geopolíticos que preocupam os pensadores brasileiros (em especial os militares) dizem respeito a questões mais voltadas ao “desenvolvimento” e “integração” internos, embora eventualmente possam referir-se à relação com os vizinhos platinos (ver item *Análises e Formulações Geopolíticas*). Schilling (1974, 1981) encampa a tese do “subimperialismo” brasileiro na América do Sul.

3. Também o estudo dos problemas relativos ao aproveitamento dos recursos da bacia do Prata (especialmente os hídricos), tem sido preocupação mais de argentinos que de brasileiros. Os últimos detêm-se em aspectos jurídicos do aproveitamento dos rios internacionais, ou simplesmente acentuam o papel integrador dos recursos da região (Cavalcanti, 1980; Caubet, 1980a; Ramalhete, 1967; Villela, 1978). Um texto de Caubet (1980b) procura fazer um balanço político do contencioso argentino-brasileiro na questão dos rios limítrofes, assim como do papel do Paraguai nesse contencioso. Um estudo dos conflitos pendentes na região foi realizado por Pereira (1974), que acentuou o papel e o interesse das Grandes Potências na região.

#### e) O Brasil e o mundo afro-asiático

Tanto a “política externa independente” da década de 60, quanto a “política pragmática” dos dias atuais deram muita importância às relações com o chamado Terceiro Mundo. De modo especial, tem-se ampliado as relações com a África, tanto nas dimensões comerciais como nas culturais e políticas, e o fenômeno se reflete na literatura especializada que cresce a olhos vistos.

O esforço de conhecer a história das relações entre Brasil e África está representado pelos trabalhos de Santos (1979) e Turner (1978), enquanto os desenvolvimentos mais recentes dessas relações (1950 em diante) foram objeto de estudo para Boadi-Siaw (1975) e Brigagão (1979).

As preocupações com a descolonização e o conhecimento da realidade afro-asiática ao final da década de 50 e início da de 60 produziram um primeiro surto de debates, especialmente políticos (Alencastre, 1961; Archer, 1963; Bezerra de Menezes, 1956 e 1961; Castro, 1961; Castro, 1962; Linhares, 1962; Oliveira, 1961; Olinto, 1964; Portela, 1963; Reis, 1963; Maranhão, 1962). Extensa discussão histórico-política foi feita por Honório Rodrigues para evidenciar a maior força da comunhão africano-brasileira sobre a pretensa comunidade

luso-brasileira (Rodrigues, 1961, 1962a, 1962b e 1965). Em linha semelhante, Alencastre (1969) atacou as teses que defendem o colonialismo português.

Muitos estudos compreensivos das relações Brasil-África têm sido produzidos nos últimos anos. Pereira (1980 e 1981) relaciona a aproximação ao processo de descolonização e às profundas modificações econômicas e políticas sofridas pelo Brasil nos últimos vinte anos. D'Adesky (1980b) analisa possibilidades e perspectivas futuras dessa relação. As vacilações da política africana do Brasil seriam o resultado das múltiplas inserções do país no plano internacional e das diferentes pressões que sofre, em consequência (Selcher, 1974). Uma análise de Martinère (1980) procura avaliar a importância das relações emergentes América Latina-África, a partir das relações que Brasil e Cuba mantêm com o continente negro.

Os estudos mais específicos preocupam-se maciçamente com as questões relativas a Angola, no contexto do Atlântico Sul, e bem assim com a presença brasileira na região (Alencastre, 1980; Hayes, 1979; Hirson, 1979; Monserrat Filho, 1981; Rodrigues, 1976; Santos, 1978; Woodward, 1981). Os problemas comerciais e financeiros da relação Brasil-África têm sido preocupação de D'Adesky (1980a, 1981, 1982). Para uma análise das relações internacionais do continente africano, de uma perspectiva geopolítica, ver Castro (1979).

#### 4. Análises e formulações geopolíticas

No Brasil, o pensamento geopolítico foi desenvolvido principalmente no meio militar. Conquanto se possa observar variações nas diversas propostas geopolíticas, duas temáticas, referenciadas respectivamente aos planos interno e externo, serão dominantes ao longo dos anos: a questão da integração e da unidade nacional, e a projeção do país no plano externo.

As primeiras formulações geopolíticas no país datam dos anos 20 e 30, representadas pelos trabalhos de Elyseo de Carvalho, Everardo Backheuser, Carlos Delgado de Carvalho, Mário Travassos e Francisco de Paula Cidade.<sup>2</sup> Dentre estes, Backheuser e Travassos são particularmente significativos, pelo impacto de suas idéias sobre os

---

2. A produção geopolítica é bastante extensa. Nesta resenha nos limitaremos aos autores mais expressivos. Para uma análise da evolução do pensamento geopolítico brasileiro, ver Miyamoto (1981b).

autores geopolíticos posteriores. A obra de Backheuser reflete influências derivadas tanto da escola geopolítica alemã, quanto do pensamento autoritário brasileiro. Na visão desse autor, a extensão territorial do país e os riscos de desagregação resultantes expressam-se em uma preocupação constante com a temática da unidade nacional. É a partir de uma perspectiva de análise calcada na necessidade da centralização do poder que Backheuser examina as questões da divisão territorial e da ocupação de fronteiras, temas que estarão presentes em outros autores geopolíticos (Backheuser, 1933 e 1952; Delgado de Carvalho, 1939; Mendonça, 1956; Rodrigues, 1947; Soares, 1973).

A primeira formulação do papel internacional do Brasil, com base nos contrastes de sua formação geográfica, aparece, porém, em Travassos (1935). Apontando a existência de dois antagonismos no continente, Atlântico-Pacífico e Amazonas-Prata, o autor sugere que o país deveria desenvolver-se não apenas ao longo da costa do Atlântico, mas principalmente ao longo do eixo leste-oeste que estabeleceria a ligação entre as duas regiões extremas. Projetando-se nestas duas direções, o país poderia realizar seu “destino continental”. As temáticas desenvolvidas por Travassos — ocupação territorial, integração regional e papel importante do Brasil no continente sul-americano — serão retomadas por autores como Couto e Silva (1967), Lima (1975) e Rodrigues (1947). Fonseca (1940), por sua vez, examina as possibilidades do país converter-se em grande potência no plano internacional, sugerindo, para tanto, a necessidade de um governo autoritário, guiado por princípios geopolíticos.

De um modo geral, as formulações geopolíticas de Couto e Silva (1955, 1967) estão calcadas nas propostas apresentadas por Travassos nos anos 30. A inovação de seu trabalho consiste, porém, em ter combinado estas propostas com as formulações estratégicas produzidas no período de guerra fria. O conceito de dupla fronteira implica assim na existência de uma outra fronteira, de natureza político-ideológica, separando o Ocidente do Oriente. Nesta perspectiva, em que a segurança nacional confunde-se com a segurança do mundo ocidental, cuja defesa é garantida pela liderança norte-americana, a aliança com os Estados Unidos é vista como estrategicamente fundamental para os interesses do país. Camargo (1982b) aponta para a influência marcante das idéias de Couto e Silva na formulação da doutrina de segurança nacional, no âmbito da Escola Superior de Guerra. A utilização do binômio Segurança e Desenvolvimento, como parâmetro para a política externa, é proposta por Penna (1967). Para o autor, o eixo

leste-oeste deve ter precedência sobre o eixo norte-sul na condução da política externa brasileira.

Analisando o impacto das propostas geopolíticas sobre a doutrina de segurança nacional, Camargo (1982b) e Miyamoto (1981a e 1981b) ressaltam os principais componentes programáticos da doutrina, a saber, a afirmação do poder nacional e a projeção do Brasil no plano externo. Desta forma, com o advento da Escola Superior de Guerra, multiplicam-se as referências às capacidades de que dispõe o país e sua potencialidade para desempenhar papel expressivo no cenário internacional. A projeção do Brasil no plano mundial e a viabilidade de sua ascensão à categoria de potência mundial, em função de suas potencialidades econômicas, constituem a principal temática dos trabalhos de Mattos (1960 e 1975). Também Gomes (1965 e 1969) e Rodrigues (1973) examinam as perspectivas de um "Brasil grande potência".

Tradicionalmente, as formulações geopolíticas têm apresentado um foco continental, salientando-se as possibilidades do Brasil enquanto massa territorial. Em anos recentes, contudo, surgiram propostas que enfatizam a condição geopolítica do país enquanto poder marítimo. Esta perspectiva destaca a importância do Brasil no Atlântico Sul e seu papel geopolítico na Antártida (Carvalho & Castro, 1956; Castro, 1957, 1979; Oliveira, 1978).

Se a produção geopolítica brasileira é bastante extensa, só recentemente, porém, este pensamento foi objeto de análises cuidadosas e bem fundamentadas. Assim, Miyamoto (1982) examinou a evolução deste pensamento, destacando as principais teses geopolíticas. De uma perspectiva distinta, Camargo (1982b) relacionou as diversas propostas geopolíticas à questão militar, no contexto da política interna e externa. Caubet (1981) empreendeu uma análise epistemológica dos conceitos-chave da geopolítica sul-americana. A análise comparativa do pensamento geopolítico brasileiro e o de origem argentina revela diferenças significativas na produção dos dois países:

a) a de origem argentina não só é mais volumosa, como apresenta uma participação civil mais intensa do que a brasileira;

b) no caso da Argentina, diferentemente do Brasil, a geopolítica esteve tradicionalmente mais ligada aos setores militares nacionalistas, desenvolvimentistas e populistas e mesmo a setores da comunidade intelectual;

c) as formulações brasileiras voltam-se para questões relacionadas ao “desenvolvimento” e à “projeção” do país no plano externo, enquanto as de origem argentina constituem uma resposta a estas formulações, apresentando uma marcada preocupação com o “expansionismo” e o “subimperialismo” do Brasil. Dessa forma, se a geopolítica brasileira é mais “projetiva”, a argentina é mais “reativa” e “defensiva”, incorporando as percepções que tem relativamente às aspirações brasileiras na região (Barros, 1980; Camargo, 1982a; Caubet, 1981; Child, 1979).

## 5. Fontes e referências

Pode-se afirmar sem erro que já existe um apreciável levantamento de fontes primárias e secundárias para o estudo das relações internacionais e da política externa do Brasil. Hirst (1978) realizou um levantamento de fontes primárias norte-americanas para o estudo das relações Brasil-Estados Unidos, enquanto Lima (1977) reuniu as fontes institucionais para a pesquisa em relações internacionais no Brasil. Uma obra de referência minuciosa encontra-se em Cheibub (1981), que fez um levantamento completo do tema em periódicos brasileiros desde 1930 até 1980. Uma descrição dos acervos documentais do Congresso Nacional para os estudos históricos foi feito por Cervo (1981). Conquanto de ordem histórica mais geral, os trabalhos de Rodrigues (1965, 1969) contêm indicações importantes sobre o tema.

Devido ao seu caráter de depoimento, muitos livros constituem por si sós fonte documental para o trabalho de especialistas em relações internacionais e política externa. É o caso de memórias e relatos de atores políticos (Abreu, 1979; Brayner, 1968, 1977; Carvalho, 1952; Coutinho, 1955; Dantas, 1965; Duarte, 1946; Fontoura, 1957; Lima, 1974; Lins, 1960; Mello Franco, 1965 e 1974; Mascarenhas de Moraes, 1947 e 1969; Nabuco, 1982), de depoimentos propriamente ditos (Camargo & Góes, 1981; Magalhães, 1982), de biografias de atores importantes (Castro, 1970; Jorge, 1945; Mello Franco, 1955; Napoleão, 1945; Sardenberg, 1980; Vianna Filho, 1959) e até mesmo de discursos diplomáticos (Macedo Soares, 1959; Magalhães, 1971). A coletânea dos discursos, palestras e conferências de Araújo Castro foi reunida em volume organizado por Amado (1982). Outras obras também podem ser consideradas fontes de consulta para os especialistas, devido ao acervo documental que reproduzem em suas páginas (Carvalho, 1971; Silva, 1971 e 1974).

## Bibliografia

### 1. Sistema internacional: estrutura e dinâmica

- ABDENUR, Roberto & SARDENBERG, Ronaldo. Notas sobre las relaciones Norte-Sur y el Informe Brandt. *Estudios Internacionales*, ano 14, n. 54, abr.-jun., 1981.
- BAHIA, Luiz Alberto. *Soberania, guerra e paz*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.
- CARLOS, Newton *et alii*. O sistema mundial de poder: Crise e alternativas. *Encontros com a Civilização Brasileira*, n. 28, 1981.
- CASTELLO BRANCO, Carlos. Nova ordem mundial — Aspectos políticos. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 18, n. 69/72, 1975.
- CASTRO, Antônio B. de. A crise atual à luz da evolução capitalista do pós-guerra: Notas para discussão. *Estudos Cebrap*, n. 11, jan.-mar., 1975.
- CASTRO, J. A. de Araújo. O congelamento do poder mundial. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 33, 1972.
- CAUBET, Christian G. Multinacionais, ideologia e poder. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 45, 1977.
- . *Fundamentos político-econômicos da apropriação dos fundos marinhos*. Santa Catarina, Universidade Federal de Santa Catarina, 1979.
- COUTINHO, Luciano. Nova ordem mundial — Aspectos econômicos. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 18, n. 69/72, 1975.
- . Mudanças recentes na divisão internacional do trabalho. *Contexto*, n. 2, mar., 1977.
- COUTINHO, Luciano & BELLUZZO, L. G. O desenvolvimento do capitalismo avançado e a reorganização da economia mundial no pós-guerra. *Estudos Cebrap*, n. 23, 1979.
- DAVID, Maurício Dias. *Transnacionalização econômica vs. autonomia das políticas nacionais: Notas para a discussão de uma agenda de pesquisas*. Trabalho apresentado no V Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Nova Friburgo, out., 1981.
- DOELLINGER, Carlos von. Algumas notas sobre a crise econômica internacional. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 15, n. 1, jun., 1975a.
- . Aspectos políticos da crise econômica internacional. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 18, n. 69/72, 1975b.
- FURTADO, Celso. The internationalization of production. *World Development*, 1973.
- JAGUARIBE, Hélio. El equilibrio ecológico mundial y los países subdesarrollados. *Estudios Internacionales*, ano 5, n. 17, jan.-mar., 1972.
- . A Condição Imperial. *Dados*, n. 15, 1977a.
- . *O novo sistema inter-imperial*. Trabalho apresentado no Seminário sobre "Perspectivas para o Desenvolvimento dos Estudos Comparativos Latino-Americanos e Relações Internacionais", Friburgo, dez., 1977b.
- . Autonomia periférica e hegemonia cêntrica. *Relações Internacionais*, ano 3, n. 5, jun., 1980a.

- . *O informe Willy Brandt e suas implicações políticas*. Trabalho apresentado no Seminário Internacional sobre "O Relatório da Comissão Brandt e seus Desdobramentos na América Latina", Canela (RS), 7-9 ago., 1980b.
- LAFER, Celso. O Gatt, a cláusula de nação mais favorecida e a América Latina. *Revista de Direito Mercantil*, ano 10, n. 3, 1971.
- . Política de blocos, segurança e desenvolvimento: uma perspectiva brasileira. *Revista de Administração de Empresas*, vol. 12, n. 2, jun., 1972.
- . Una redefinición del orden mundial y la alianza latinoamericana: perspectivas y probabilidades. *Estudios Internacionales*, ano 8, n. 3, jul.-set., 1975.
- . *Comércio e relações internacionais*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1977.
- . *O Convênio Internacional do café de 1976 — Da reciprocidade no Direito Internacional Econômico*. São Paulo, Perspectiva, 1979.
- . Reflexiones sobre el tema del nuevo orden mundial en un orden internacional en transformación. *Estudios Internacionales*, ano 15, n. 58, abr.-jun., 1982.
- MALAN, Pedro S. Latin American countries and the new international order. *Revista de la Cepal*, abr., 1980.
- MARTINS, Luciano. *Nação e corporação multinacional*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- MATTOS, Adherbal M. A Declaração de São Domingos e o Direito do Mar. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 39, jul., 1974.
- MUNHOZ, Dércio Garcia. As perspectivas da América Latina na nova economia mundial. *Relações Internacionais*, ano 1, n. 2, mai.-ago., 1978.
- RANGEL, Vicente M. Nova ordem mundial — Aspectos políticos. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 18, n. 69/72, 1975.
- RODRIGUES, Jayme de A. A unidade do mundo subdesenvolvido e o conflito Norte-Sul. *Revista Civilização Brasileira*, vol. 1, n. 1, 1965.
- SANTOS, Theotônio dos. A crise internacional do capitalismo: balanço e perspectivas. *Encontros com a Civilização Brasileira*, n. 20, 1980.
- SOUTO MAIOR, Luiz A. P. de. Policentrismo — Novos sistemas de aliança. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 18, n. 69/72, 1975.
- SOUZA, Herbert de. O capital transnacional e o Estado na América Latina. *Encontros com a Civilização Brasileira*, n. 27, 1980.
- TAVARES, Maria da Conceição. O desenvolvimento industrial latino-americano e a atual crise do transnacionalismo. *Estudos Cebrap*, n. 13, jul.-set., 1975.
- TRINDADE, Antônio A. Cançado. A determinação do surgimento da responsabilidade internacional dos Estados. *Relações Internacionais*, ano 2, n. 4, jan.-abr., 1979a.
- . *O Estado e as relações internacionais*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1979b.
- ZAPPA, Italo. Nova ordem mundial — Aspectos políticos. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 18, n. 69/72, 1975.

## 2. *Relações internacionais da América Latina*

- ALEIXO, José C. Brandi. *Integração latino-americana*. Brasília, Coordenada, 1970.
- . El conflicto El Salvador-Honduras y la integración centro-americana. *Geosur* — Asociación Sudamericana de Estudios Geopolíticos y Internacionales, vol. 2, n. 18, 1981.
- ALMEIDA, Rômulo. Reflexiones sobre la integración latinoamericana. *Estudios Internacionales*, ano 13, n. 52, out.-dez., 1980.
- BARROS, Alexandre de S. C. The diplomacy of national security: South American International Relations in a defrosting world. In: HELLMAN, Ronald G. & ROSENBAUM, H. Jon (eds.). *Latin America: the search for a new international role*. New York, Sage Publications, 1975.
- . *The new role of the state and international politics in South America*. Trabalho apresentado no Encontro Anual da International Studies Association, Toronto, 25-29, fev. 1976.
- . *Regional rivalries and war probabilities in South America*. Trabalho apresentado à Conferência Anual do "Inter University Seminar on Armed Forces and Society", Chicago, out., 1980.
- . *Defense and security issues: implications for the New Atlantic Triangle*. Trabalho apresentado na Conferência "A New Atlantic Triangle? Latin America, Western Europe and the United States". Brasília, 15-17 jun., 1981.
- BUARQUE, Sérgio C. A Internacional Socialista corteja o Terceiro Mundo. *Encontros com a Civilização Brasileira*, n. 20, 1980.
- CAVALCANTI, Pedro C. U. A Internacional Socialista vai à América Latina. *Encontros com a Civilização Brasileira*, n. 9, 1979.
- DOELLINGER, Carlos Von. Um comentário sobre as limitações à cooperação econômica entre países em desenvolvimento: lições da experiência latino-americana. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 9, n. 2, ago. 1979.
- FURTADO, Celso. *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973.
- HIRST, Monica & LIMA, Maria Regina Soares de. Estados Unidos y América Latina: Cerrando una época en descomposición. *Estudios internacionales*, n. 56, oct.-dic., 1981.
- IANNI, Octávio. Diplomacia e imperialismo na América Latina. *Cadernos Cebrap*, n. 12, 1973.
- . *Imperialismo na América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974.
- . *Imperialismo e cultura*. Petrópolis, Vozes, 1976.
- JAGUARIBE, Hélio. El informe Linowitz y las relaciones Estados Unidos-América. *Estudios Internacionales*, ano 10, n. 40, oct.-dic., 1977.
- LAFER, Celso. "The United States — a view from Brazil (how the others see the United States)". *Daedalus*, vol. 101, n. 4, out., 1972.
- MARTINS, Luciano. Política das corporações multinacionais na América Latina. *Estudos Cebrap*, n. 5, jul.-set., 1973.



- . *Nação e corporação multinacional*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- POMPERMAYER, Malori J. & SCHMIDT, Benício V. Relações entre União Soviética e América Latina. *Cadernos do DCP*, n. 2, dez., 1974.
- SILVA, Celson J. da. Em busca de um estatuto teórico para a integração regional latino-americana. *Estudos Pecla*, vol. 1, n. 5, ago., 1982.
- VIEIRA, José Ribas. Perspectivas sobre América Latina nos anos oitenta. Trabalho apresentado no IV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, out., 1980.

### 3. *Relações internacionais do Brasil*

#### a) *Estudos históricos*

- ABRANCHES, Carlos Alberto Dunshee de. *Rio Branco e a política exterior do Brasil (1902-1912)*. Rio de Janeiro, 2 vols., 1945.
- BARBOSA, Francisco de Assis. José Bonifácio e a política internacional. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 260, jul.-set., 1963.
- BETHELL, Leslie. *The abolition of the brazilian slave trade*. Cambridge, Cambridge University Press, 1970.
- BURNS, E. Bradford. *The unwritten alliance: Rio Branco and Brazilian-American relations*. New York, Columbia University Press, 1966.
- . As relações internacionais do Brasil durante a Primeira República. In: FAUSTO, Boris (org.), *História geral da civilização brasileira*, vol. 9, São Paulo, Difel, 1977.
- CALHOUN, Charles W. American policy toward the Brazilian Naval Revolt of 1893-94: a reexamination. *Diplomatic History*, vol. 4, n. 1, 1980.
- CARVALHO, Carlos M. Delgado de. *História diplomática do Brasil*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1959.
- CASTRO, Ana Célia. *As empresas estrangeiras no Brasil, 1860-1913*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- CAVALCANTI, Themístocles B. Joaquim Nabuco e o Direito Internacional. *Revista de Ciência Política*, vol. 18, n. 3, jul.-set., 1975.
- CERVO, Amado Luiz. Os primeiros passos da diplomacia brasileira. *Relações Internacionais*, ano 1, n. 3, set.-dez., 1978.
- . *O Parlamento brasileiro e as relações exteriores (1826-1889)*. Brasília, Ed. Universidade de Brasília. N.p.
- COSTA, João Frank. *Joaquim Nabuco e a política exterior do Brasil*. Rio de Janeiro, Record, 1968.
- COSTA, Sérgio Corrêa da. *A diplomacia do Marechal: intervenção estrangeira na Revolta da Armada*, 2.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro; Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1979.
- FREITAS, Caio de. *George Canning e o Brasil*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, Col. Brasiliana, n. 298, 2 vols., 1958.
- GRAHAM, Richard. Os fundamentos da ruptura das relações diplomáticas entre o Brasil e a Grã-Bretanha em 1862: a Questão Christie. *Revista de História*, n. 49/50, 1962.

- . *Britain and the onset of modernization in Brazil, 1850-1914*. Cambridge, Cambridge University Press, 1968.
- MACEDO, Sérgio D. T. *De Tordesilhas à OPA (um resumo da história diplomática do Brasil)*. Rio de Janeiro, Distribuidora Record, 1963.
- MAGALHÃES, Marize Arcuri. Relações Brasil-Inglaterra no 1.º Império. *Revista de História*, n. 92, out.-dez., 1972.
- MANCHESTER, Alan K. *Preeminência inglesa no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1973.
- MELLO, Rubens Ferreira de. *Textos de Direito Internacional e de história diplomática de 1815 a 1949*. Rio de Janeiro, A. Coelho Branco F., 1950.
- MENDONÇA, Renato de. *História da política exterior do Brasil*. México, Instituto Panamericano de Geografia e História, 1945.
- NAPOLEÃO, Aluizio. *Rio Branco e as relações entre o Brasil e os Estados Unidos*. Ministério das Relações Exteriores, 1947.
- PIAZZA, Maria de Fátima Fontes. *A invasão espanhola na ilha de Santa Catarina*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, 1978.
- POUPARD, Isa Mirian B. de Almeida. *O papel do Brasil na regulamentação das relações internacionais postais: uma contribuição à história do correio*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 1980.
- PRADO, João F. de Almeida. *O Brasil e o colonialismo europeu*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1956.
- RODRIGUES, José Honório. *Independência: revolução e contra-revolução — A política internacional*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1975.
- SANTOS, Corcino Medeiros dos. *Relações comerciais do Rio de Janeiro com Lisboa (1763-1808)*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1980.
- SECKINGER, Ron. O Estado Brasileiro e a política externa no Século XIX. *Dados*, n. 19, 1978.
- SILVA, Gilvanize Moreira da. *O Brasil na Guerra Européia (1914-1918): uma face da dependência nas relações internacionais*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 1979.
- SILVA, H. Schlittler. Tendências e características do comércio exterior do Brasil no século XIX. *Revista de História da Economia Brasileira*, jun., 1953.
- SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional — 1889-1930. In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira*, vol. 8, São Paulo, Difel, 1975.
- VALLA, Victor V. Subsídios para uma melhor compreensão da entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial. *Estudos Históricos*, n. 15, 1976.
- VIANNA, Hélio. *História diplomática do Brasil*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1958.
- b) Estudos Contemporâneos**
- ABREU, Marcelo. *Brazil and the world economy, 1930-45*. Dissertação de Doutorado, University of Cambridge, 1977.
- ALMEIDA, Candido Mendes de. Política externa e nação em progresso. *Tempo Brasileiro*, n. 1, set., 1962.

- ARAÚJO, José Brás de. *Politique exterieure et contradictions du capitalisme dépendant: le gouvernement Jânio Quadros au Brésil*. Tese de Doutorado (3.º Ciclo), Vincennes, 1970.
- BACHA, Claire Savit. *A dependência nas relações internacionais*. Tese de Mestrado, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1971.
- BAILEY, Norman A. & SCHNEIDER, Ronald M. Brazil's Foreign Policy: a case study in upward mobility. *Inter-American Economic Affairs*, vol. 27, spring, 1974.
- BARROS, Alexandre de S. C. Trends in Brazilian international relations: an exercise in guesswork. Trabalho apresentado na Conferência sobre "Brasil: 1980-2000", Hotel Intercontinental, Rio de Janeiro, 20-22 ago., 1980.
- . The formulation and conduct of brazilian diplomacy. Trabalho apresentado no Encontro Anual da Latin American Studies Association, Washington, D.C., mar., 1982.
- BAER, Werner & DOELLINGER, Carlos von. Determinants of Brazil's foreign economic policy. In: GRUNWALD, Joseph (org.). *Latin American and world economy — A changing international order*. Beverly Hills, Sage Publications, 1978.
- BORGES FILHO, Nilson. *O despertar do terceiro mundo, Brasil: agente de poder*. Tese de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, 1981.
- BRIGAGÃO, Clóvis. Brazil's foreign policy the last 15 years. *Research Paper Series*, Institute of Latin American Studies. Estocolmo, nov., 1978a.
- . Brazil's foreign policy: the Military Command, Itamaraty Embellishes, multinationals gain. *International Peace Research Institute* (Oslo), n. 18, 1978b.
- . The case of Brazil: fortress or paper curtain? *Impact of Science on Society*, vol. 31, n. 1, 1981.
- . Military research and development in Brazil: an evaluation. Mimeo., 1982.
- COSTA, Licurgo. *Uma nova política para as Américas*. São Paulo, Martins, 1960.
- COSTA, Thomas Guedes da. A indústria de defesa brasileira: fundamentos do desenvolvimento. Trabalho apresentado no V Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Nova Friburgo, 21-23 out., 1981.
- DUARTE, Paulo de Queiroz. *O Nordeste na II Guerra Mundial: antecedentes e ocupação*, Rio de Janeiro, Record, 1971.
- DUBNIC, Vladimir Reisky. Trends in Brazil foreign policy. In: BAKLANOFF, Eric N. *New perspectives of Brazil*. Nashville, Vanderbilt University Press, 1966.
- . *Political trends in Brazil*. Washington, D.C., Public Affairs Press, 1968.
- FARIAS, Oswaldo Cordeiro de. *Alguns aspectos da ação da FEB*. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1949.
- FERREIRA, Oliveiros. Tendências históricas e atuais da presença brasileira na América Latina. Trabalho apresentado no Seminário "Perspectivas para o Desenvolvimento dos Estudos Comparativos Latino-Americanos e Relações Internacionais", Nova Friburgo, 2-3 dez., 1977.

- FONTAINE, Roger Warren. *The foreign policy making process in Brazil*. Tese de Doutorado, The Johns Hopkins University, 1970.
- FRAGOSO, João Luis Ribeiro. As reformulações na política externa brasileira nos anos 70. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 5, 1981.
- GAMBINI, Roberto. *O duplo jogo de Getúlio Vargas: influência americana e alemã no Estado Novo*. São Paulo, Símbolo, 1977.
- GARCIA, João Carlos Vitor. *The democratization of the Vargas Regime in Brazil and the origins of the cold war*. Tese de Mestrado, School of Public and International Affairs, George Washington University, 1972.
- GIFFIN, Donald Warren. *The normal years: Brazilian-American Relations, 1930-1939*. Tese de Doutorado, Vanderbilt University, 1972.
- GOES, Walder de. *O Brasil do General Geisel*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1978.
- . *Brazil turns to Western Europe: Changing Perspectives*. Trabalho apresentado na Conferência "A New Atlantic Triangle? Latin America, Western Europe and the United States". Racine, Wisconsin, maio, 1981.
- GRABENDORFF, Wolf. La política exterior del Brasil, entre el primer y tercer mundo. *Nueva Sociedad*, n. 41, mar.-abr., 1979.
- HILTON, Stanley E. *O Brasil e a crise internacional, 1930-1945*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977a.
- . *O Brasil e as grandes potências*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977b.
- . *Suástica sobre o Brasil: a história da espionagem alemã no Brasil, 1939-1944*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977c.
- . Brazilian diplomacy and the Washington-Rio de Janeiro axis during the World War II Era. *Hispanic American Historical Review*, vol. 59, n. 2, 1979.
- HIRST, Monica. O Brasil e o Caribe: os primeiros passos da aproximação. Trabalho apresentado no Seminário América Latina e o Caribe, Bogotá, maio, 1982a.
- . *O processo de alinhamento nas relações Brasil-Estados Unidos: 1942-1945*. Tese de Mestrado, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1982b.
- IANNI, Constantino. *Descolonização em marcha*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.
- JAGUARIBE, Hélio. Brasil 1990: Problemas estruturais, alternativas e relações internacionais. In: RATTNER, Henrique (org.). *Brasil 1990: caminhos alternativos do desenvolvimento*. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- LAFER, Celso. Uma interpretação do sistema das relações internacionais do Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional*, n. 39/40, 1967.
- . A evolução da política externa brasileira. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 18, n. 69/72, 1975.
- . Política exterior brasileira. Balanço e perspectivas. *Dados*, n. 22, 1979.
- LIMA, Maria Regina Soares de. A ofensiva cultural brasileira no plano internacional. Trabalho apresentado no Seminário "Cultura y Poder en el

- ... mundo Contemporaneo en Transformación: el Caso de América Latina". Cidade do México, 6-8 abr., 1981.
- LIMA, Maria Regina Soares de & MOURA, Gerson. *A trajetória do pragmatismo*. Mimeo., 1980.
- LEAL, Maria Cristina. *Caminhos e descaminhos do Brasil nuclear: 1945-1958*. Tese de Mestrado, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1982.
- LEITE, Cleantho de Paiva. Constantes et variables de la politique étrangère du Brésil. *Politique Étrangère*, vol. 34, n. 1, 1969.
- . Brasil-Japão: uma relação especial. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 17, n. 65/68, 1974.
- LINS, Maria de Lourdes F. *A Força Expedicionária Brasileira: uma tentativa de interpretação*. São Paulo, Editores Unidos Ltda., 1975.
- MALAN, Pedro S. As atuais condições econômicas internacionais e as limitadas opções brasileiras: notas para discussão. Trabalho apresentado no Seminário "O Brasil e a Nova Ordem Internacional". Nova Friburgo, 1-3 dez., 1978a.
- . Relações "econômicas" internacionais do Brasil: notas para uma agenda de políticas de pesquisa. *Dados*, n. 17, 1978b.
- . Relações econômicas internacionais do Brasil, 1945-1964. In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira*, vol. 11. São Paulo, Difel, n.p.
- . *Política econômica externa e industrialização no Brasil (1939/52)*. Relatório de Pesquisa n. 36, IPEA/INPES, 1977.
- MARINHO, Armando de O. et alii. O Congresso Nacional e a política externa brasileira. *Revista de Ciência Política*, n. 18, 1975.
- MARINI, Rui Mauro. Brazilian subimperialism. *Monthly Review*, fev. 1972.
- MARTINS, Carlos Estevam. A evolução da política externa brasileira na década 64/74. *Estudos Cebrap*, n. 12, 1975.
- MARTINS, Luciano. *Politique et développement économique: formation et evolution des structures politiques au Brésil*. Paris, Ed. Anthropos, 1976.
- MATTOS, Carlos de Meira. *Brasil, geopolítica e destino*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1975.
- MC CANN, Jr., Frank D. *The Brazilian-American Alliance, 1937-1945*. New Jersey, Princeton University Press, 1973.
- . Brazil, the United States, and the World War II: a commentary. *Diplomatic History*, vol. 3, n. 1, 1979a.
- . Critique of Stanley E. Hilton's "Brazilian Diplomacy and the Washington-Rio de Janeiro axis during the World War II Era". *Hispanic American Historical Review*, vol. 59, 1979b.
- MORRIS, Michael A. *International politics and the sea: the case of Brazil*. Boulder, Colorado, Westview Press, 1979.
- MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência. A política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980a.
- . *A Revolução de 1930: continuidade ou ruptura na política externa brasileira*. Trabalho apresentado no Seminário sobre a Revolução de 1930, Rio de Janeiro, Cpdoc/FGV, set. 1980b.

- . *A política externa brasileira no Pós-Guerra, 1946-1950*. Trabalho apresentado no 44.º Congresso Internacional de Americanistas, Manchester, set. 1982.
- ODÁLIA, Nilo. O Brasil nas relações internacionais: 1945-1964. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em Perspectiva*. 8.ª ed., São Paulo, Difel, 1968.
- PEIXOTO, Antonio Carlos. La montée en puissance du Brésil: concepts et réalités. *Revue Française de Science Politique*, vol. 30, n. 2, 1980.
- PERRY, William. *Contemporary brazilian foreign policy: the international strategy of an emerging power*. (Foreign Policy Papers), vol. 6, Beverly Hills, Sage Publications, 1976.
- PHILLIPS, Henry Albert. *Brazil bulwark of inter-american relations*. New York, Hastings House, 1945.
- PINSKY, Jaime. O Brasil nas relações internacionais: 1930-1945. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em Perspectiva*. 8.ª ed., São Paulo, Difel, 1968.
- POERNER, Arthur J. A política externa brasileira entre a interdependência e a soberania. *Política Externa Independente*, n. 2, ago., 1965.
- QUADROS, Jânio. Brazil's new foreign policy. *Foreign Affairs*, vol. 40, n. 1, out. 1961.
- RODRIGUES, José Honório. The foundations of Brazil's foreign policy. *International Affairs*, vol. 38, n. 3, jul. 1962.
- . Uma política externa própria e independente. *Política Externa Independente*, n. 1, maio, 1969.
- . *Interesse nacional e política externa*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- ROETT, Riordan. Brazil ascendant: international relations and geopolitics in the late 20th century. *Journal of International Affairs*, n. 29, 1975.
- . Brazilian foreign policy: options in the 1980's. In: BRUNEAU, Thomas C. & FAUCHER, Philippe (eds.). *Authoritarian capitalism: Brazil's contemporary economic and political development*. Boulder, Colorado, Westview Press, 1981.
- SAN TIAGO DANTAS, Francisco C. *Política externa independente*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962.
- SARDENBERG, Ronaldo M. Brasil-Europa e reestruturação do poder internacional. Trabalho apresentado no Seminário "Brasil-Europa Ocidental: Cooperação e Conflito", Teresópolis, jun., 1982.
- SCHNEIDER, Ronald M. *Brazil: foreign policy of a future world power*. Boulder, Colorado, Westview Press, 1977.
- SCHILLING, Paulo R. *O expansionismo brasileiro (A geopolítica do general Golbery e a diplomacia do Itamarati)*. Rio de Janeiro, Global, 1981.
- SEITENFUS, Ricardo A. Silva. O difícil aprendizado do nacionalismo: as relações brasileiras com a Itália e a Alemanha, 1930-1942. Trabalho apresentado no Seminário "Revolução de 1930", Rio de Janeiro, Cpdoc/FGV, set., 1980.
- . O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos 1930-1942. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, n. p.

- SELCHER, Wayne A. *Brazil's multilateral relations: between first and third worlds*. Boulder, Colorado, Westview Press, 1978.
- . *O Brasil no sistema mundial de poder*. Trabalho apresentado no Seminário Internacional sobre Política e Estratégia, São Paulo, nov., 1979.
- SILVEIRA, Antonio F. Azeredo da. O Brasil e a nova ordem internacional. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 18, n. 69/72, 1975.
- SOARES, Álvaro Teixeira. *O Brasil no conflito ideológico global, 1937-1979*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
- STORRS, Keith Larry. Política externa independente: um balanço. *Revista Civilização Brasileira*, vol. 1, n. 1, 1965.
- . *Brazil's independent foreign policy, 1961-1964: background, tenets Linkage to domestic politics and aftermath*. Tese de Doutorado, Cornell University, 1973.
- TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. Posições internacionais do Brasil no plano multilateral. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, vol. 25, n. 52, 1981.
- VIGEVANI, Tullo. La politica esterna del Brasile: il 'Modello' vuole espandersi. *Terzo Mondo*, vol. 7, n. 26, dez., 1974.
- . *As relações entre o Brasil e os Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial (1938-1945)*. Tese de Mestrado, Universidade de Roma, 1978.
- . *Algumas observações e informações a respeito da política internacional do Brasil*. Trabalho apresentado no V Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Nova Friburgo, 21-23 out., 1981.
- WIRTH, John. *A política do desenvolvimento na Era de Vargas*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1973.

c) *Brasil-Estados Unidos*

- BANDEIRA, Luiz A. Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973.
- BELL, Peter D. Brazilian-American Relations. In: ROETT, Riordan (ed.). *Brazil in the Sixties*, Nashville, Vanderbilt University Press, 1972.
- BLACK, Jan Knippers. *United States penetration of Brazil*. University of Pennsylvania Press, 1977.
- BOER, Nicolas. A revolução e a política externa. *Cadernos Brasileiros*, n. 23, mai.-jun., 1964.
- BRIGAGÃO, Clóvis. Cancelamento do Acordo de Assistência Militar Brasil-Estados Unidos. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 21, n. 81/84, 1978.
- CHEIBUB, Zairo B. A Guerra da Coréia e as relações Brasil-Estados Unidos (1951-1953). Universidade Federal Fluminense. Mimeo., 1980.
- CORREIA, Marcos Sá. *1964, visto e comentado pela Casa Branca*. Porto Alegre, L&PM, 1977.
- D'ARAÚJO, Maria Celina S. & MOURA, Gerson. O Tratado Comercial Brasil-EUA de 1935 e os interesses industriais brasileiros. *Revista de Ciência Política*, vol. 21, mar., 1978.

- DUARTE, Sérgio Guerra. A presença americana na educação nacional. *Cadernos Brasileiros*, n. 46, mar.-abr., 1968.
- EVANS, Peter. Empresas multinacionais e relações Brasil-EUA. *Revista de Administração de Empresas*, vol. 19, n. 3, jul.-set., 1979.
- FISHLOW, Albert. Flying down to Rio: US-Brazilian Relations. *Foreign Affairs*, vol. 57, n. 2, winter, 1978-79.
- . The United States and Brazil: the case of the missing relationship. *Foreign Affairs*, vol. 60, n. 4, spring, 1982.
- FONTAINE, Roger W. *Brazil and the United States: toward a maturing relationship*. Washington, D.C., American Enterprise Institute, 1974.
- HIRST, Monica. *Impasses e descaminhos da política de não-proliferação nuclear*. Trabalho apresentado no IV Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, out. 1980.
- . *As relações Brasil-Estados Unidos no contexto da nova ordem internacional*. Trabalho apresentado no V Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Nova Friburgo, out. 1981.
- JAGUARIBE, Hélio. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro, ISEB, 1958.
- . El futuro de las relaciones entre el Brasil y los Estados Unidos. *Estudios Internacionales*, ano 15, n. 58, abr.-jun. 1982.
- LIMA, Maria Regina Soares de & MOURA, Gerson. A trajetória do pragmatismo. Mimeo, 1980.
- MARINI, Ruy Mauro. Contradições e conflitos no Brasil contemporâneo. *Teoria e Prática*, n. 3, abr. 1968.
- MARTINS, Carlos Estevam. Brasil-Estados Unidos dos 60 aos 70. *Cadernos Cebrap*, n. 9, 1972.
- MOREIRA, Marcílio Marques *et alii*. Brasil x Estados Unidos. *Cadernos Brasileiros*, n. 44, nov.-dez. 1967.
- MOURA, Gerson. *O OCIAA e o Império Americano*. Trabalho apresentado no V Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Nova Friburgo, out. 1981.
- PARKER, Phyllis R. *1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março*. 2.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.
- POERNER, Arthur José. A política externa brasileira entre a interdependência e a soberania. *Política Externa Independente*, n. 2, 1965.
- ROETT, Riodan. *The politics of foreign aid in the Brazilian Northeast*. Nashville. Vanderbilt University Press, 1972.
- SKIDMORE, Thomas E. United States policy toward Brazil: assumptions and options. In: HELLMAN, Ronald G. & ROSENBAUM, H. Jon (eds.). *Latin America: the search for a new international role*. New York, Sage Publications, 1975.
- SOUZA, Herbert de & SANTOS, Theotônio dos. Las relaciones Estados Unidos-Brasil bajo la administración Carter. *Cuadernos Semestrales*, México, 1.<sup>o</sup> semestre, 1979.



- VALLA, Victor V. Os Estados Unidos e a influência estrangeira na economia brasileira: um período de transição (1904-1928). *Coleção da Revista de História*, 40, 1972.
- . *A penetração norte-americana na economia brasileira, 1898-1928*. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico S/A, 1978.
- VIEIRA, José Ribas. *O Brasil no contexto das relações Estados Unidos e América Latina*. Trabalho apresentado no V Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Nova Friburgo, out. 1981.
- WESSON, Robert. *The United States and Brazil, limits of influence*. New York, Praeger Publishers, 1981.
- WRIGHT, Antonia F. Pacca de Almeida. *Desafio americano à preponderância britânica no Brasil: 1808-1850*. Rio, Conselho Federal de Cultura/IHGB, 1972.
- . Os Estados Unidos e a Independência do Brasil. *Revista de História*, n. 94, abr.-jun. 1974.
- . *Testando o Leviathan: a presença dos Estados Unidos nos debates parlamentares de 1828 a 1837*. São Paulo, Perspectiva, 1978.
- d) *Brasil-América Latina*
- BARRETO, Flamarion. Formação das nações Sul-Americanas do Prata. *A Defesa Nacional*, n. 585, maio 1963.
- BARROS, Alexandre de S. C. Regional rivalries and war probabilities in South America. Trabalho apresentado à Conferência Anual do "Inter-University Seminar on Armed Forces and Society", Chicago, out. 1980.
- BESOUCHET, Lídia. *Rio Branco e as relações entre o Brasil e a República Argentina*. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1949.
- CALMON, Pedro. Visão global da Batalha do Passo do Rosário. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 318, jan.-mar. 1978.
- CARNEIRO, David. *História da Guerra Cisplatina*. Coleção Brasileira, vol. 246. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1946.
- CARNEIRO, Glauco. *Lusardo, o último caudilho*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2 vols., 1978.
- CAUBET, Christian. A evolução histórica do Direito Internacional Fluvial e as particularidades da bacia do Prata. *Seqüência*, ano I, n. 2, 1980a.
- . Argentina, Brasil, Paraguai 1980: tudo azul na bacia do Prata? Mimeo., 1980b.
- CAVALCANTI, Themístocles B. Problemas jurídicos dos rios internacionais. *Revista de Ciência Política*, vol. 23, n. 3, set.-dez. 1980.
- CHIAVENATTO, Julio José. *Genocídio americano: a Guerra do Paraguai*. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- FERREIRA, Oliveiros. *Tendências históricas e atuais da presença brasileira na América Latina*. Trabalho apresentado no Seminário "Perspectivas para o Desenvolvimento dos Estudos Comparativos Latino-Americanos e Relações Internacionais", Nova Friburgo, 2-3 dez. 1977.
- HANN, John Henry. *Brazil and the Río de la Plata, 1808-1828*. Tese de Doutorado, The University of Texas, 1967.

- HILTON, Stanley E. The Brazilian-Argentine relationship: the brazilian view. Mimeo., 1978.
- HOUAISS, Antônio *et alii*. O Brasil e a América Latina na atual conjuntura mundial. Mesa Redonda. *Política Externa Independente*, vol. 1, n. 2, ago. 1965.
- JAGUARIBE, Hélio. El Brasil y la América Latina. *Estudios Internacionales*, n. 29, jan.-mar. 1975.
- LAFER, Celso & PEÑA, Félix. *Argentina e Brasil no sistema das relações internacionais*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1978.
- LIMA, Maria Regina Soares de. *Brasil e México na América Latina*. Trabalho apresentado no Seminário Brasil-México, Rio de Janeiro, 5-6 abr. 1982.
- LOBO, Hélio. *Rio Branco e o arbitramento com a Argentina*. Coleção Brasileira, vol. 69. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1952.
- LEITMAN, Spencer. *Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- MACDOWELL, Joaquim Ignacio. A política do Brasil no contexto do Tratado da Bacia do Prata. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 37, 1973.
- MARTINS, Mário. *Perón. Um confronto entre Argentina e Brasil*. Rio de Janeiro, Getúlio Costa, 1950.
- MATTOS, Adherbal. Bacia Amazônica: contribuição do estudo da problemática colombiano-brasileira. *Revista da UFBA*, 1974.
- . Pacto Amazônico — cooperação e integração. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 53, jul. 1981.
- MELO, Arnaldo Vieira de. *Bolívar, o Brasil e os nossos vizinhos do Prata; da questão de Ariquitos à Guerra da Cisplatina*. Rio de Janeiro, Gráfica Olímpica, 1963.
- PEREIRA, Osny Duarte. *Itaipu, prós e contras*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.
- PESSOA, Corina de Abreu. *Cartas de Montevideo sobre alguns textos de história platina*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1953.
- PINTO, Luis Bastian. A política exterior do Brasil na América Latina. *Revista Brasileira de Política Internacional*, dez. 1959.
- POMMER, León. *Os conflitos da bacia do Prata*. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- RAMALHETE, Clóvis. Novos problemas jurídicos do Prata. *Revista Brasileira de Política Internacional*, mar.-jun. 1967.
- RAMOS, R. Antonio. *La política del Brasil en el Paraguay*. Buenos Aires-Asunción, Ediciones Nizza, 1959.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. Rio de Janeiro, Record, 1968.
- RIBEIRO, Luciano de Nóbrega. *Dependência econômica x dependência política — Análises das posições brasileira e argentina face aos EUA, na Organização dos Estados Americanos*. Tese de Mestrado, Universidade de Brasília, 1980.
- RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. *1864: o contexto platino e a intervenção brasileira no Uruguai*. Tese de Mestrado, Universidade de Brasília, 1979.

- RICÚPERO, Rubens. Tratado de Cooperação Amazônica. *Relações Internacionais*, n. 5, 1980.
- SANTOS, Corcino Medeiros dos. El tráfico de esclavos entre el Brasil y el Río de la Plata. *Res Gesta*, n. 8, jul.-dez. 1980.
- SARDENBERG, Ronaldo Mota. *A política externa do Brasil e a América Latina*. Trabalho apresentado no Seminário "Novos Problemas e Condicionantes nas Relações Internacionais da América Latina", Rio de Janeiro, PUC-RJ, 1-3 set. 1980.
- SCHILLING, Paulo *et alii*. *Una situación explosiva: la cuenca del Plata*. Buenos Aires, Tierra Nova, 1974.
- . *O expansionismo brasileiro (A geopolítica do general Golbery e a diplomacia do Itamarati)*. Rio de Janeiro, Global, 1981.
- SOARES, Álvaro Teixeira. *Diplomacia do Império no Rio da Prata*. Rio de Janeiro, Editora Brand, 1955.
- . *O drama da Tríplice Aliança (1865-1876)*. Rio de Janeiro, Editora Brand, 1956.
- SOUZA, José Antônio Soares de. *Honório Hermeto no Rio da Prata*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1959.
- . A Batalha de Monte Caseros ou de Morón. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 318, jan.-mar. 1978.
- TAMBS, Lewis A. The changing geopolitical balance of South America. *Journal of Social and Political Studies*, vol. 4, n. 1, jan. 1979.
- VELINHO, Moysés. *Capitania d'el Rei: aspectos polêmicos da formação rio-grandense*. Porto Alegre, Globo, 1964.
- VILLELA, Anna Maria. Os princípios jurídicos e a utilização econômica dos rios internacionais. *Relações Internacionais*, ano 1, n. 1, jan.-abr. 1978.

e) *O Brasil e o mundo afro-asiático*

- ALENCASTRE, Amilcar. *Oswaldo Aranha, o mundo afro-asiático e a paz*. Serviço de Documentação do M.T.P.S., 1961.
- . *O Brasil, a África e o futuro*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1969.
- . *América Latina, África e o Atlântico Sul*. Rio de Janeiro, Paralelo, 1980.
- ARCHER, Maria. *Brasil: fronteira da África*. São Paulo, Felman-Rego, 1963.
- BEZERRA DE MENEZES, A. J. *O Brasil e o mundo ázio-africano*. Rio de Janeiro, Pongetti, 1956.
- . *Ásia, África e a política independente do Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1961.
- BOADI-SIAW, Samuel Yaw. *Development of relations between Brazil and African States, 1950-1975*. Dissertação de Doutorado, University of California, 1975.
- BRIGAGÃO, Clóvis. Objetivos y contenidos de las relaciones entre el Sur de África y Latinoamérica. *Estudios de Asia y África*, vol. 14, n. 1, jan.-mar. 1979.
- CAMARA, José Sette. O fim do colonialismo. *Tempo Brasileiro*, n. 38/39, dez. 1974.

- CASTRO, Josué de. O Brasil e o mundo afro-asiático. *Revista Brasiliense*, vol. 26, jul.-ago. 1961.
- CASTRO, Moacir Werneck de. *Dois caminhos da revolução africana*. Rio de Janeiro, IBEEA, 1962.
- CASTRO, Therezinha de. *África, geohistória, geopolítica e relações internacionais*. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1979.
- D'ADESKY, Jacques. Intercâmbio comercial Brasil-África (1958-1977): problemas e perspectivas, *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 3, 1980a.
- . Brasil-África: convergência para uma cooperação privilegiada. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 4, 1980b.
- . La question des devises et du financement dans les relations économiques Brésil-Afrique. Trabalho apresentado no Seminário Internacional Brasil-África. Rio de Janeiro, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 4-7 ago. 1981.
- . Une analyse des relations économiques Brésil-Afrique Australe. Rio de Janeiro, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, Conjunto Universitário Candido Mendes, 1982.
- HAYES, Margaret. Brazil and the South Atlantic: perspectives in an emerging issue. Occasional Papers Series, Washington, D.C., Center of Brazilian Studies, 1979.
- HIRSON, Zenaide Scotti. *O Brasil e a questão colonial portuguesa: o caso angolano*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 1979.
- LINHARES, Marcelo. *De Mombaça à Mombasa*. Brasília, s/ed., 1976.
- LINHARES, Maria Yeda L. Brazilian foreign policy and Africa. *World Today*, vol. 18, n. 12, dez. 1962.
- MARANHÃO, Jarbas. *Brasil-África: um mesmo caminho*. São Paulo, Fulgor, 1962.
- MARTINIÈRE, Guy. O novo diálogo América Latina-África. Fundamentos das relações Sul-Sul. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 4, 1980.
- MONSERRAT FILHO, J. A militarização da África do Sul. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 5, 1981.
- MOREIRA, Neiva & BISSIO, Beatriz. Los cubanos en África. *Cuadernos del Tercer Mundo*, n. 28, 1979.
- OLINTO, Antonio. *Brasileiros na África*. Rio de Janeiro, GRD, 1964.
- OLIVEIRA, Waldir Freitas. *A importância atual do Atlântico Sul*. Salvador, CEAU, 1961.
- PEREIRA, José Maria Nunes. *Relações Brasil-África: um perfil*. Trabalho apresentado no Congress of the Latin American Studies Association (LASA), Bloomington, out. 1980.
- . *Relações Brasil-África: problemas e perspectivas*. Trabalho apresentado no Seminário "La Política Internacional a Comienzos de los años 80", Quito, nov. 1981.
- PORTELA, Eduardo. *Política externa e povo livre*. São Paulo, Fulgor, 1963.
- REIS, Arthur C. Ferreira. África e Brasil: relações e competições econômicas. *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 6, n. 22, jun. 1963.

- RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África: outro horizonte*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1961.
- . O presente e o futuro das relações africano-brasileiras. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 5, n. 18 e 19, 1962a.
- . A política internacional brasileira e a África. *Cadernos Brasileiros*, n. 4, out.-nov. 1962b.
- . Brasil e Extremo Oriente. *Política Externa Independente*, n. 2, ago. 1965.
- . África, Angola e Brasil. *Revista de Cultura Vozes*, vol. 70, n. 4, maio 1976.
- SANTOS, Corcino M. dos. Brasil e Angola: afinidades e aproximação. *A Defesa Nacional*, n. 677, mai.-jun. 1978.
- SANTOS, Nilcéa L. Lima dos. *União Brasil-Angola: uma hipótese na independência*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 1979.
- SELCHER, Wayne A. *The afro-asian dimension of brazilian foreign policy, 1956-1972*. Gainesville, The University Presses of Florida, 1974.
- TURNER, Michael J. Cultura afro-brasileira na Costa Ocidental da África: um perfil. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 1, 1978.
- WOODWARD, Mark C. *Brazilian and Cuban Non-Military Relations with Africa: a comparative study*. Stanford University, mimeo, 1981.

#### 4. Análises e formulações geopolíticas

- BACKHEUSER, Everaldo. *Problemas do Brasil — Estrutura geopolítica*. Rio de Janeiro, Grupo Editora Omnia, 1933.
- . *A geopolítica geral do Brasil*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1952.
- BARROS, Alexandre de S. C. *Conflict studies in higher education: the case of South America with emphasis on Argentine and Brazil*. Trabalho apresentado no Seminário sobre "Conflict Studies in Higher Education", Danbury Park, Reino Unido, jul. 1980.
- CAMARGO, Sonia de. Algumas notas sobre o discurso geopolítico latino-americano. Rio de Janeiro, PUC/IRI, mimeo., 1982a.
- . Militares e geopolítica no Brasil. Rio de Janeiro, PUC/IRI, mimeo., 1982b.
- CARVALHO, Carlos Delgado de. Geografia das Fronteiras. *Revista Brasileira de Geografia*, ano 1, n. 3, 1939.
- CARVALHO, Carlos D. de & CASTRO, Therezinha de. A questão da Antártida. *Revista do Clube Militar*, n. 142, abr.-jun. 1956.
- CASTRO, Therezinha de. Antártida — O assunto do momento. *Revista do Clube Militar*, n. 146, 1957.
- . Vocação Atlântica da América do Sul. *A Defesa Nacional*, n. 681, jan.-jun. 1979.
- CAUBET, Christian. *Geopolítica: ciência da Pátria ou consciência do Estado*. Mimeo., 1981.
- CHILD, John. Geopolitical thinking in Latin America. *Latin American Research Review*, vol. 14, n. 2, 1979.

- COUTO E SILVA, Golbery do. *Planejamento estratégico*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1955.
- . *Geopolítica do Brasil*. 2.<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1967.
- FONSECA, Leopoldo Nery da. *Geopolítica*. Rio de Janeiro, Bedeschi, 1940.
- GOMES, Pimentel. *Por que não somos uma grande potência?* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.
- . *O Brasil entre as cinco maiores potências*. Rio de Janeiro, Editora Leitura, 1969.
- LIMA, S. E. de Oliveira. *O despertar de um Continente*. Brasília, Editorial de Brasília, 1975.
- MATTOS, Carlos de Meira. *Projeção mundial do Brasil*. São Paulo, Gráfica Leal, 1960.
- . *Brasil: geopolítica e destino*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1975.
- MENDONÇA, Renato de. *Frenteira em marcha: ensaio de geopolítica brasileira*. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1956.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. *A geopolítica e o Brasil potência*. Trabalho apresentado no V Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Nova Friburgo, out. 1981a.
- . *O pensamento geopolítico brasileiro (1920-1980)*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1981b.
- OLIVEIRA, Hermes de Araújo. O Brasil e o Atlântico Sul. *A Defesa Nacional*, n. 679, set.-out. 1978.
- PENNA, José Osvaldo de Meira. *Política externa: segurança e desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Agir, 1967.
- RODRIGUES, Eduardo Celestino. *Problemas do Brasil potência*. 3.<sup>a</sup> ed., São Paulo, Editoras Unidas, 1973.
- RODRIGUES, Lysias. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro, Biblioteca Militar, 1947.
- SOARES, Álvaro Teixeira. *História da formação das fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1973.
- TRAVASSOS, Mário. *Projeção continental do Brasil*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1935.

##### 5. Fontes e referências

- ABREU, Alzira A. et alii. *Mínhas memórias provisórias*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.
- ABREU, Hugo. *O outro lado do poder*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1979.
- AMADO, Rodrigo. *Araújo Castro*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982.
- BRAYNER, Floriano de L. *A verdade sobre a FEB*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- . *Recordando os bravos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.
- CAMARGO, Aspásia A. & GÓES, Walder de (orgs.). *Meio século de combate*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981.

- CARVALHO, Delgado de. *Relações internacionais*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército & Record Editores, 1971.
- CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. *Rio Branco em Liverpool (1876-1896)*. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1970.
- CARVALHO, Estevão Leitão de. *A serviço do Brasil na 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial*. Rio de Janeiro, Editora A Noite, 1952.
- CERVO, Amado Luiz. Fontes parlamentares brasileiras e os estudos históricos. *Latin American Research Review*, vol. 16, n. 2, 1981.
- CHEIBUB, Zairo Borges. *Bibliografia brasileira de relações internacionais e política externa, 1930-1980*. Rio de Janeiro, Iuperj, 1981.
- COUTINHO, Lourival. *O general Góes depõe...* Rio de Janeiro, Livraria Editora Coelho Branco, 1955.
- DANTAS, Raymundo de Souza. *África difícil*. Rio de Janeiro, Editora Leitura, 1965.
- . *Depoimento de oficiais da reserva sobre a FEB*. Rio de Janeiro, Cobraci Publicações, s.d.
- DUARTE, Paulo. *Prisão, exílio, luta...* Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1946.
- FONTOURA, João Neves da. *Depoimento de um ex-ministro*. Rio de Janeiro, Organização Simões, 1957.
- HIRST, Monica. *Fontes primárias americanas para o estudo das relações Brasil-EUA*. Trabalho distribuído no Seminário "O Brasil e a Nova Ordem Internacional". Nova Friburgo, 1-3 dez. 1978.
- JORGE, A. G. de Araújo. *Introdução às obras do barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1945.
- LIMA, Hermes. *Travessia (Memórias)*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1974.
- LIMA, Maria Regina Soares de. *As fontes institucionais para a pesquisa em relações internacionais no Brasil*. Trabalho apresentado no Seminário "Perspectivas para o Desenvolvimento de Estudos Comparativos Latino-Americanos e Relações Internacionais". Nova Friburgo, 2-3 dez. 1977.
- LINS, Álvaro de Barros. *Minas em Portugal*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1960.
- MACEDO SOARES, José Carlos de. *Conceitos de solidariedade continental*. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1959.
- MAGALHÃES, Juracy. *Minha experiência diplomática*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1971.
- MASCARENHAS DE MORAIS, João Batista. *A FEB pelo seu comandante*. São Paulo, Editora Ipê, 1947.
- . *Memórias*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora & José Olympio, 1969.
- MELLO FRANCO, Afonso Arinos de. *Um estadista da República; Afrânio de Mello Franco e seu tempo*. 3 vols., Col. Documentos Brasileiros, n. 85. Rio de Janeiro, José Olympio, 1955.
- . *Evolução da crise brasileira*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1965.
- . Portugal-Brasil-África. *Tempo Brasileiro*, n. 38/39, 1974.

- NABUCO, Maurício. *Reflexões e reminiscências*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1982.
- NAPOLEÃO, Aluizio. *Rio Branco e as relações entre o Brasil e os Estados Unidos*. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1945.
- . *O III Reich e o Brasil*. Rio de Janeiro, Landes, 1968.
- RODRIGUES, José Honório. *História e historiadores do Brasil*. São Paulo, Editora Fulgor, 1965.
- . *A pesquisa histórica no Brasil*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1969.
- SARDENBERG, Ronaldo Mota. O pensamento de Araújo Castro. *Relações Internacionais*, ano 3, n. 5, 1980.
- SILVA, Hélio. *1942: guerra no Continente*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.
- . *1944: o Brasil na guerra*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974.
- VIANNA FILHO, Luiz. *A vida do barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1959.





AS CIÊNCIAS SOCIAIS E O ESTADO: \*  
COMENTÁRIOS SOBRE A POLÍTICA CIENTÍFICA E  
TECNOLOGICA E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA  
CIÊNCIA SOCIAL NO BRASIL \*\*

*Sérgio Henrique Abranches*

---

Recentemente, o anúncio de possíveis mudanças importantes no comportamento de agências do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico quanto ao apoio à pós-graduação e à pesquisa científica, mais uma vez convulsionou a comunidade científica do país. Não apenas via-se, mais uma vez, frente a frente com a instabilidade que lhe é imposta por peculiares características do processo de financiamento à atividade científica no país, como também novamente frustrada pela reiteração da ameaça de descontinuidade do apoio institucional, e pelo fato de que algumas de suas antigas e justificadas demandas não tenham ainda sido traduzidas em medidas mais permanentes de política.

O ponto crítico das últimas divergências referia-se ao eventual abandono da modalidade de "apoio institucional" a programas de pós-graduação e pesquisa científica com base em recursos do FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), administrados pela Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) que funciona como sua Secretaria Executiva. Paralelamente, tem-se observado, também, ênfase crescente na pesquisa aplicada ou que tenha impacto

---

\* Versão revista de trabalho apresentado na Mesa-Redonda sobre Condições de Institucionalização da Pesquisa no Brasil, 33.<sup>a</sup> Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, julho de 1981.

\*\* Resenha publicada no BIB n.º 13.

mais visível sobre a realidade sócio-econômica do país. Qualquer mudança deste tipo, quer na prática de financiamento, quer nas prioridades do Sistema, representariam um desvio importante dos padrões previamente observados de apoio ao desenvolvimento da atividade científica no país em uma direção, no caso, claramente inadequada e que poderiam ter redundado em graves e insanáveis prejuízos.

Mas a existência mesma de um risco alto e permanente de modificações desta natureza nas pautas de comportamento do Sistema de apoio à ciência e à tecnologia já é, em si mesma, um dado importante, que merece ser analisado. O padrão de comportamento do Sistema e, conseqüentemente, as pautas de financiamento à atividade científica e tecnológica são instáveis, afetando negativamente todo o Sistema, mas especialmente seus elementos do lado do processo de "produção": as instituições de ensino e pesquisa.

Isto significa que as implicações deste último evento transcendem em muito os aspectos mais imediatos — e por isto mesmo já resolvidos — da questão, na medida em que dizem respeito a temas e problemas que sempre tiveram tratamento ambivalente, senão ambíguo, na formulação da política científica e tecnológica. Estes devem ser pública e sistematicamente debatidos, com uma perspectiva analítica de longo prazo, procurando-se escapar ao pragmatismo exacerbado que se vem praticando cada vez mais no Brasil.

Mesmo porque, embora esteja claro hoje que as disposições originais de mudança se alteraram, em grande medida em virtude da reação unânime da comunidade científica, não se pode deixar de levar em conta que existem segmentos importantes no Brasil, no Estado e na sociedade, que defendem a descontinuidade do apoio institucional e a transferência "para o mercado" do financiamento da maior parte da atividade de pesquisa.

Assim sendo, mesmo a manutenção do *status quo* embora alivie as ansiedades imediatas da comunidade científica, de forma alguma atende a seus interesses mais permanentes. Os episódios recentes não são originais, acidentais ou conjunturais. Não se explicam pela tentativa de ajustar o Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico às emergências da crise econômica atual.

Ainda que fosse esta a explicação — as necessidades de parcimônia geral diante da crise — seria discutível no que diz respeito à inclusão do FNDCT na política de cortes de gastos públicos, não

apenas por causa do seu montante que é negligenciável diante de outras rubricas menos justificáveis, mas porque não se tem feito outra coisa nos últimos seis anos, senão cortar os recursos do fundo. As dotações para o FNDCT caíram em aproximadamente 65% entre 1975 e 1981, passando de algo em torno de 1,5% do Orçamento da União, para um pouco menos de 0,5%. Além do mais, os eventuais efeitos anti-inflacionários destes cortes, de resto no mínimo duvidosos, seriam infinitamente menores que os prejuízos atuais e futuros decorrentes da desativação de projetos de pesquisa e dissolução de grupos de alto nível de qualificação, arduamente organizados ao longo dos anos. Além do mais, parece que o objetivo daqueles que combatem, há longo tempo, o apoio institucional, não é economizar recursos, mas corrigir aquilo que julgam corresponder a distorções dos verdadeiros objetivos do Sistema de *C* e *T*, que levaria a uma aplicação mais “racional” dos recursos.

Assim, a última escaramuça apenas torna mais visível e mais aguda a incerteza permanente em que vive a comunidade científica e que se explica, em grande parte, por vários fatores intimamente associados: a já aludida ambigüidade da política de *C* e *T* no que diz respeito, precisamente, ao apoio institucional. A controversa e nunca bem definida distinção entre pesquisa básica e aplicada. A certas disfunções de natureza institucional que, de resto, não são peculiares ao Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, mas caracterizam o comportamento geral do Estado brasileiro e cujas raízes são estruturais.

Estes fatores fazem com que a comunidade científica veja suas atividades potencialmente ameaçadas cada vez que ocorrem mudanças na administração das agências do Sistema. A continuidade e conteúdo do apoio estatal à Ciência passaram a depender mais das orientações pessoais daqueles que dirigem as diversas agências, que de definições claras e compulsórias de política, ajustadas às características da atividade científica enquanto tal e da comunidade científica tal como se estruturou no país. Por outro lado, a despeito do reconhecimento público e oficial — através de vários documentos e declarações e, principalmente, dos PBDCTs — do longo prazo de maturação dos dispêndios com *C* e *T* e da necessidade de uma perspectiva de longo prazo e não “economicista” para o desenvolvimento dessas atividades, na prática as indefinições e oscilações no comportamento do Sistema terminam por comprometer exatamente esta visão mais global, mais

voltada para um trabalho sistemático e cumulativo de apoio duradouro à produção científica e tecnológica, de cuja relevância não se pode evidentemente duvidar.

Desde sua origem, a modalidade de apoio institucional foi vista por alguns setores do Sistema e do Governo como prática de algum modo transitória. Há um certo paralelo entre a atitude em relação ao apoio institucional e algumas teorias do desenvolvimento econômico. A idéia é de que a atividade científica depende, para seu desenvolvimento, de um período inicial de institucionalização, que deve receber apoio específico e intenso, objetivando viabilizar a instalação de infraestrutura adequada, a formação de recursos humanos qualificados e a criação de um ambiente organizacional e social propício à atividade de pesquisa, todos elementos necessários ao *take off* em direção a uma etapa futura de desenvolvimento auto-sustentado. Não estou imputando aos criadores do atual sistema esta visão *à la* Rostow do desenvolvimento científico, de resto aqui exposta de forma muito simplificada. Mas algo que lhe é similar transparece sempre que a questão do apoio institucional é levantada.

Há alguns aspectos positivos e outros fortemente negativos neste tipo de abordagem ao problema da institucionalização da pesquisa científica. É positiva, por exemplo, a intenção de apoiar o trabalho científico por sua importância intrínseca. Deve-se reconhecer que tem prevalecido, a maior parte do tempo, uma orientação que valoriza a ciência enquanto tal, e não aquela que a vê apenas como meio para promoção de outros fins associados ao progresso material da sociedade. É também positiva a estratégia de conferir os meios materiais e institucionais para o desenvolvimento das atividades de pesquisa, inclusive a formação de pesquisadores e técnicos indispensáveis ao processo.

Porém, este tipo de perspectiva implica considerar o chamado apoio institucional transitório e objetiva alcançar, o mais rápido possível, a hipotética etapa de auto-sustentação. A formação de pesquisadores ou, em outras palavras, o *ensino de pós-graduação*, é, muitas vezes, visto erroneamente, como um meio, um recurso necessário à institucionalização do trabalho científico e não como uma atividade intrinsecamente ligada à reprodução da comunidade científica e técnica, associada mas independente das atividades de pesquisa. Reduz-se a pós-graduação a uma de suas funções: formar recursos humanos para a pesquisa. Com isto, minimiza-se o valor próprio da pós-gra-

duação como atividade acadêmica multifária, que deve atender a muitos objetivos, nem todos eles relacionados à pesquisa científica.

Algumas destas incorreções da política de *C* e *T* explicam-se não tanto por concepções incompletas do processo de desenvolvimento, mas por fatores de natureza político-institucional.

O resultado é contraditório: na medida em que o Sistema de *C* e *T* vem sendo gerido por pessoas sensíveis aos problemas dos programas de pesquisa e pós-graduação e comprometidas com o desenvolvimento nacional independente — para o qual uma sólida estrutura de produção científica e tecnológica é indispensável — a comunidade tem recebido apoio satisfatório. Isto é verdade, não obstante a queda acentuada dos valores reais do FNDCT e disfunções administrativas importantes e a despeito de algumas distorções nos padrões de alocação dos recursos. Mas, por outro lado, apesar de uma década e meia desde o estabelecimento do Funtec/BNDE, em 1965, e das tentativas de progressiva institucionalização do Sistema, com a criação da Finep e as mudanças do CNPq, não se conseguiu ainda solucionar os problemas de estabilidade dos grupos e instituições de pesquisa, públicas e privadas, nem dotar o país de uma política coerente, com definições e prioridades claras, de modo a permitir a operação do Sistema sem solução de continuidade. Parte da incerteza deriva da inexistência de garantias de que as alterações nas pautas de *administração* do Sistema, de *gestão* do FNDCT e *implementação* da política de desenvolvimento científico e tecnológico não terminem sempre por redundar em traumas e mudanças na *concepção* e na *direção* da própria *política*, que necessita ter vigência de longo prazo, ser estável e manter uma certa coerência básica ao longo do tempo.

Isto é especialmente verdadeiro para as Ciências Sociais, embora estas tenham começado a receber apoio mais substancial e continuado tardiamente em relação às outras áreas científicas. Na verdade, é com relação às Ciências Sociais que as contradições da política de *C* e *T* se fazem sentir mais claramente. Seu desenvolvimento institucional e acadêmico é inegável, tendo atingido notável grau de dinamismo e diversificação, em um contexto de qualidade crescente, de acordo com parâmetros internacionalmente reconhecidos de avaliação. Não menos evidente, porém, tem sido a necessidade de justificativa permanente desse apoio, pois, do ponto de vista das predisposições do Sistema, constituem ainda o elo politicamente mais fraco de toda a estrutura científica do país. O Brasil é, provavelmente, um dos poucos países

em que ainda se discute a relevância e a necessidade de desenvolvimento e atividade permanente nos campos da ciência social.

### **Inconsistência da política e a questão de apoio institucional**

As dificuldades que tem encontrado o Sistema Nacional de *C e T* para equacionar adequadamente o problema do apoio institucional à pesquisa científica derivam do conjunto de fatores acima apontados. Há uma clara incapacidade de definição política de prioridades e objetivos que permitam considerar as necessidades "institucionais" dos programas como legítimas e passíveis de atendimento por *todas* as agências do Sistema, de acordo com sua capacidade e competência específicas. Por outro lado, a escassez progressiva de recursos, ao requerer maior seletividade, acaba por comprometer, exatamente, os programas menos definidos e mais carentes de formulação coerente. Além disto, disfunções institucionais do Sistema contribuem para dificultar a adoção de uma nova e mais explícita orientação com relação ao chamado apoio institucional. Finalmente, deve-se contar com as pressões contrárias àquelas soluções que impliquem admitir como política permanente o apoio governamental de caráter institucional, distinto do financiamento a projetos específicos de pesquisa.

O conflito recente em torno do apoio institucional concedido pela Finep e as discussões sobre que agência deveria encarregar-se legitimamente desta modalidade de financiamento ilustram bem as dificuldades e os obstáculos aqui mencionados.

A ausência de adequado equacionamento dos problemas advindos da própria natureza complexa e multifacetária da atividade de *C e T* tem contribuído para o crescimento de indefinições e ambigüidades. Este quadro termina por criar falsos dilemas para cuja solução acaba-se apresentando falsas soluções. É o caso do apoio institucional. A discussão acerca de quem deve dá-lo e por quanto tempo, sem a admissão explícita de que corresponde a necessidades permanentes que só o Estado pode cobrir, carece de sentido. Ademais, esta modalidade de apoio ainda sequer foi adequadamente avaliada para que se pudesse desenvolver alternativas eficazes. Ou seja, em uma situação de baixa informação, pretende-se ser possível discutir objetiva e eficientemente alterações substantivas e não apenas de procedimentos na política de *C e T*.

Tal como hoje formulado, e ainda mais tendo em vista o nível inadequado de informações e avaliações sobre o apoio institucional,

este é, de fato, um falso dilema. Não há solução melhor para o apoio institucional que o próprio apoio institucional, independentemente, em parte, da agência que o forneça. Mas a natureza institucional da fonte de apoio não é irrelevante. É preciso que esta fonte tenha ampla flexibilidade para suas aplicações, seja ágil, garantida e não enfrente os obstáculos impostos à chamada administração direta. Em suma, não há fonte mais adequada — até agora proposta — para o apoio institucional que o FNDCT.

A adoção da prática do apoio institucional como política permanente requer a adesão explícita a certos princípios que, em parte por causa do quadro institucional vigente, podem produzir sérios conflitos interburocráticos. De forma breve, a *institucionalização do apoio institucional* implica admitir claramente que o FNDCT financia atividades de ensino e não apenas de pesquisa. Não é possível manter, a longo prazo, escamoteados nos aportes à pesquisa, gastos com a atividade de ensino de pós-graduação. Além do mais, a prática de incorporar à pesquisa gastos com ensino e com a manutenção de profissionais de alto nível em dedicação exclusiva à atividade acadêmica (ensino ou pesquisa) através da oferta de salários competitivos, tem produzido distorções e disfunções na própria atividade de pesquisa, induzindo a formulação de projetos que objetivam exclusivamente garantir o influxo desses fundos essenciais à sobrevivência institucional. Dito de outra maneira, o fato de as agências do Sistema de *C* e *T* não assumirem integralmente os significados óbvios do apoio institucional, tem produzido deseconomias e irracionalidade evidentes nas aplicações. Seria mais econômico apoiar o que tem que ser apoiado com seu próprio nome, permitindo, assim, que as instituições de pesquisa e pós-graduação sintam-se mais seguras para implementar políticas de ensino e pesquisa mais produtivas, mais compatíveis com os interesses e habilitações de seus profissionais. É preciso reconhecer que os salários universitários exigem complementação para incentivar a atividade de pesquisa, complementação esta que não se confunde necessariamente com as bolsas do CNPq.

É preciso admitir, também, que a atividade científica nunca atingirá uma etapa de desenvolvimento auto-sustentado, pois por sua própria natureza não é passível de autofinanciamento, em lugar nenhum do mundo. Por mais *institucionalizada* que seja a pesquisa no país, ela nunca poderá prescindir do aporte financeiro institucional regular do Estado. É simples a questão proposta: ou bem o Estado julga im-

portante a atividade científica e lhe dá as condições materiais de institucionalidade, ou bem o Estado não se interessa pela produção científica nacional autônoma.

Mesmo aqueles países cujo padrão de desenvolvimento científico e tecnológico caracterizou-se por uma fase de impulso privado, como os Estados Unidos e a Inglaterra, sempre lembrados em contraste com o padrão japonês de intervenção deliberada do Estado desde a origem, hoje caracterizam-se pelo forte e contínuo apoio estatal à pesquisa universitária e poderosos estímulos de natureza fiscal, financeira e econômica às empresas privadas, para garantir não apenas a continuidade de suas atividades diretas de pesquisa, como seu envolvimento no apoio à pesquisa universitária. Os liberais ingênuos, que sonham com um sistema de pesquisa apoiado em grandes e poderosas fundações privadas, apenas conhecem mal o desenvolvimento destes países nas últimas décadas. Em primeiro lugar, o padrão baseado em fundações é muito específico: só foi possível nos Estados Unidos. Em segundo lugar, o êxito e as vantagens deste padrão têm sido postos em dúvida, desde o início, por analistas das mais variadas convicções. Em terceiro lugar, paralelamente às fundações e, hoje, em substituição a elas, não se pode deixar de perceber o crescimento constante e indispensável da ação pública. Os outros casos, como a Inglaterra, caracterizam-se por experiências de impulso privado muito curtas no tempo e, em geral, em etapas do processo de desenvolvimento científico que não requeriam equipamentos muito sofisticados, massa crítica de pessoal científico e técnico, cadeias institucionais de pesquisa simultânea, etc. O esforço financeiro exigido era relativamente menor, assim como a base institucional, acadêmica, técnica e científica requerida.

No caso do Brasil, a “ilusão do mercado” torna-se caricatural. Como imaginar-se de outra forma a atividade científica entregue às “leis” do mercado em um país onde as instituições privadas não são suficientemente fortes e dinâmicas para realizar seu fim precípua, que é impulsionar o processo de formação e acumulação de capital, sem apoio estatal?

No nosso padrão, não apenas o Estado é a fonte praticamente exclusiva para a pós-graduação e a pesquisa científica, especialmente aquela atividade de pesquisa de mais longo prazo, como também parte significativa, majoritária mesmo, do que se poderia chamar de “mercado”: cria a demanda pela maior parte dos projetos de pesquisa aplicada, que poderiam assumir um caráter mais comercial. Como



estas pesquisas são “mercantilizáveis”, têm um custo apropriável que pode ser transferido para o produto, que é definido, tem princípio, meio e fim razoavelmente delimitáveis no tempo, são aquelas que se prestam ao “financiamento pelo mercado”. Assim, se todas as agências estatais “privatizam” sua lógica de alocação de recursos para *C* e *T*, faltaria ao sistema de produção de *C* e *T* o indispensável, o essencial.

Este dilema pode ser facilmente ilustrado com um exemplo concreto: inúmeros cientistas que trabalham em instituições que recebem apoio institucional — e quase todas as instituições importantes do país caem nesta categoria — já terão ouvido de alguma autoridade do Sistema que deveriam procurar diversificar suas fontes de financiamento, como forma de diminuir, precisamente, o volume de apoio institucional. A maioria deve ter procurado — e quase sempre fracassado — identificar tais fontes. Elas, de fato, não existem. O FNDCT é a principal, maior e indispensável fonte interna de apoio institucional. As outras fontes são externas, isto é, estrangeiras, e cada vez mais escassas e problemáticas. Não há como diversificar fontes. O que há é uma orientação claramente equivocada a respeito do chamado apoio institucional, agravada, em alguns casos, por não menos errôneo entendimento a respeito do papel do Estado na promoção do desenvolvimento. As outras fontes não provêm recursos de natureza institucional e sim (corretamente) *contratos específicos* de pesquisa. E são, como disse, predominantemente públicas também. A confusão entre fontes e usos de recursos implícita na idéia de diversificação deriva da noção de que o apoio institucional é algo transitório, injustificado, concedido de forma algo envergonhada, a título precário. Como se ao invés de financiar atividades de mais alta relevância e indiscutível qualidade, representassem um aporte irrecusável, porém irregular, que só se justifica por seu caráter de emergência. Ora, qualquer nova fonte virá apenas complementar, nunca substituir, aquele tipo de apoio indispensável à atividade científica e que só pode originar-se adequada, lógica e regularmente, daquela fonte estatal que tem como função precípua a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico.

Finalmente, cabe uma breve menção à questão da pesquisa aplicada. A ênfase na “utilidade” dos projetos de pesquisa deriva, também, de concepções equivocadas sobre progresso científico e tecnológico e de uma distorção de perspectiva. Já não há mais muita dúvida de que distinções muito marcadas entre o que se chama pesquisa básica e pesquisa aplicada não apenas carecem de sentido real, como

refletem concepções imprecisas do processo de produção científica. Alguma distinção possível entre modalidades de trabalho científico ressalta o caráter interdependente e orgânico entre elas. As etapas mais aplicadas do processo dependem de etapas mais fundamentais, do aperfeiçoamento teórico e metodológico, para os quais a atividade desvinculada de preocupações utilitárias e de curto prazo é essencial. Sem falar no fato de que, em muitos casos, as etapas mais concretas de aplicação de conhecimentos científicos também requerem longos prazos de desenvolvimento. Isto no que diz respeito a etapas, ou a dimensões diferentes do trabalho científico. No que diz respeito à “utilidade”, por certo, as considerações são de outra ordem. São muito raros os casos em que preocupações com a “utilidade” de uma determinada atividade científica têm efetivamente alguma legitimidade. O conceito de utilidade é carregado de conotações ideológicas e culturais que o tornam, no fundo, inútil.

Além do mais, pretender que os mínguaos recursos — relativamente ao orçamento global de *C* e *T* — destinados especificamente à pesquisa científica sejam alocados prioritariamente a pesquisas aplicadas representa absurda distorção e reflete má compreensão do que venha a ser ciência, do significado do conceito de desenvolvimento e do que venha a ser desenvolvimento científico e tecnológico.

Não seria correto encerrar esta seção sobre as origens das indefinições e distorções da política de *C* e *T*, sem mencionar um ou outro importante aspecto geral, que se associa aos demais na determinação da crise atual. Refiro-me ao caráter burocrático e fechado do processo decisório. Na medida em que a formulação das políticas de governo não depende de aprovação explícita de autoridade política representativa e independente — e não há como negar a importância de certos formalismos e procedimentos públicos — de um lado personaliza-se, como procurei mostrar, a condução da política, mas de outro nunca se sabe, exatamente, qual o verdadeiro responsável quer por sua implementação, quer por sua não-implementação. Além do mais todo este conjunto complexo de fatores termina por produzir planos cada vez mais retóricos e menos operacionais, que trocam a proposição de soluções concretas e funcionais, metas alcançáveis e instrumentos objetivos de execução, por um discurso genérico, prioridades difusas e mal definidas, objetivos indeterminados. Em suma, planos segundo os quais se pode conceder tudo ou tudo negar, ao gosto do freguês, ou melhor, do gestor.

### **A lógica da ação estatal e a política científica e tecnológica**

Estas posições sobre apoio institucional e pesquisa básica, que refletem concepções de política científica e tecnológica apoiadas por várias áreas e diferentes escalões governamentais e alguns segmentos da sociedade, derivam de uma interpretação invertida do papel do Estado na promoção do desenvolvimento. Esta noção deficiente da lógica da ação estatal reflete-se, no plano mais geral, em cortes indiscriminados nos gastos e investimentos públicos, com óbvio impacto regressivo sobre a população e efeitos adversos em atividades que não podem sofrer solução de continuidade. Quando aplicada ao FNDCT e à ação das agências do Sistema ameaça a produção científica de desastres com conseqüências negativas profundas e permanentes.

Antes de entrar em argumento mais abstrato e analítico sobre esta versão bizarra da intervenção estatal, retomarei o exemplo concreto da receita corrente de “diversificação de fontes”.

Todos sabem que o orçamento da União para ciência e tecnologia é bastante maior e mais diversificado que o FNDCT, pois envolve gastos com estas atividades em todos os Ministérios e em várias agências de cada um deles. É também de conhecimento geral que não existe um Ministério encarregado exclusivamente das atividades de Ciência e Tecnologia, mas que existem agências da Secretaria de Planejamento, e mais especificamente um fundo especial, destinadas a promover, exatamente, o desenvolvimento destas atividades. Em poucas palavras, estas agências e este fundo existem para promover o desenvolvimento científico e tecnológico. Não obstante há quem ache justificado recomendar à comunidade científica que procure outras fontes de apoio, de modo a que se possa reduzir, senão descontinuar, a modalidade de apoio institucional. Há claramente dois erros nesta atitude.

O primeiro é de informação: não há fontes de apoio que cubram as necessidades definidas como “institucionais”. Há inúmeras fontes de financiamento de projetos específicos de pesquisa, relacionados aos objetivos precípuos das agências que as administram: educação, saúde, fontes energéticas, tecnologias industriais, engenharia nuclear, habitação e assim por diante. Estas, embora possam aumentar os recursos absorvidos por instituições de pesquisa, não cobrem despesas essenciais à sua sobrevivência. Dito de maneira simples, com tais contratos uma instituição de pesquisa pode tornar-se muito afluyente e, não obs-

tante, morrer de inanição. E se conseguir sobreviver basicamente com recursos oriundos apenas de contratos de natureza mais pragmática e aplicada, deixou de ser instituição de pesquisa para tornar-se firma de consultoria. Mesmo estas últimas, como se sabe, enfrentam graves problemas de continuidade institucional, no seu caso expressas em problemas de capital de giro, quando têm que manter suas equipes, altamente qualificadas e caras, inativas entre um contrato e outro.

O segundo erro é de concepção: a única fonte cujo objetivo justifica o apoio à manutenção de instituições e equipes científicas, ao seu financiamento corrente, como pré-requisito ao desenvolvimento de suas atividades de ensino e pesquisa é, até agora, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

É de se lamentar que, no Brasil, as leis de criação de agências estatais não estabeleçam com nitidez e precisão aquilo que devem obrigatoriamente fazer, como é usual na Inglaterra. Assim, não apenas a sociedade teria mais garantias de que certas atividades essenciais a seu progresso e bem-estar seriam cumpridas, como também seriam claras as implicações do não cumprimento das obrigações legais.

O que está por trás destes equívocos é o desconhecimento ou desvirtuamento dos princípios que devem reger a ação de agências do Estado. Keynes já os definira muito claramente: basta que o Estado faça bem aquilo que não está sendo feito na Sociedade — ele diria mercado — e é necessário ao seu desenvolvimento.

Isto significa que, em primeiro lugar, o Estado deve apoiar, promover, ou realizar ele mesmo aquelas atividades que não são passíveis de realização pelo mercado ou que seriam deturpadas se ficassem entregues à livre operação das forças do mercado. Estas atividades têm algumas características conhecidas: algumas são de uso tão generalizado e de tal maneira essenciais à coletividade, que não poderiam ser realizadas privadamente; outras não encontram preço adequado no mercado; outras, ainda, envolvem longos prazos de maturação, investimentos cumulativos e altos ao longo do tempo, têm baixo retorno ou implicam riscos muito altos, ou uma combinação vária de todas estas características que as tornam atividades inadequadas e, o mais das vezes, indesejáveis, sob a ótica estrita do lucro privado ou do mercado. Ciência, em especial, e tecnologia, têm, em doses variadas, um pouco de cada uma dessas características e é precisamente por esta razão que, em todo o mundo, dependem do Estado. É também, por isso que não se constituem *nunca* em atividades auto-sustentadas.

É também por isso que requerem apoio institucional, em primeiro lugar. E é exatamente isso que justifica a existência de um Sistema tão vasto e caro de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico e de um fundo especial, com recursos do Tesouro, para este fim.

No caso do Brasil, dada a importância do setor público em todos os setores de atividade econômica e social instituiu-se uma razoável e correta divisão do trabalho entre *setores* e agências do Estado. De um lado, o Ministério da Educação, face a suas dificuldades financeiras e conferida prioridade a suas aplicações mais redistributivas ou progressivas (e, portanto, menos regressivas), destina parte dos recursos necessários — mas não suficientes — ao financiamento corrente à pós-graduação e à pesquisa, bem como a certos tipos de apoio individual tais como bolsas de estudo, viagens, etc., que também constituem boa parte do apoio do CNPq. O FNDCT fornece apoio institucional, financia projetos de mais longo prazo, permite fomentar novas iniciativas, além de poder financiar também, mas não prioritariamente, projetos específicos, de natureza mais aplicada. O restante do Sistema contrata pesquisas específicas. Como o setor público constitui parte ponderável do “mercado” da pesquisa, as outras agências funcionam como clientes, com demandas mais pragmáticas e precisas. O lado propriamente público, portanto, do financiamento vem em parte do MEC, mas não predominantemente. E é importante que as atividades de *C* e *T* não entrem em competição, no orçamento para a educação, com o ensino fundamental e, mesmo, com o ensino de graduação. Do ponto de vista da alocação, quanto mais se sobe o nível de ensino, mais regressivas as aplicações. O investimento em *C* e *T* pode redundar em efeitos redistributivos indiretos no longo prazo, mas não devem ser vistos como competitivos, no processo de alocação, com outras aplicações mais progressivas, no campo social. Ora, se assim é, a outra parte considerável e plenamente legítima de aplicação *pública*, portanto não de mercado, tem como fonte o FNDCT. E assim deve continuar sendo. Não apenas é a melhor solução, como a mais justa, do ponto de vista das vicissitudes da política orçamentária. O resto é mercado, não constituindo, portanto, alternativa para financiamento de certas necessidades institucionais.

Esta é a única lógica para a ação estatal admissível em um país como o Brasil. E não é por acaso que ela corresponde fundamentalmente ao bom senso. O contrário corresponderia à privatização da lógica do Estado, transformando-o em mais um — e aí talvez dispensável — empresário no mercado.

### **O quadro institucional de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico**

O padrão de crescimento e diversificação da ação estatal no Brasil tem se caracterizado por um duplo movimento, aparentemente contraditório, mas de fato complementar: de um lado, crescente e nem sempre justificada concentração e centralização do poder decisório, de outro acentuada segmentação, muitas vezes acompanhada de externalidades como a justaposição de jurisdições de política (*policy*) e a compartimentalização do espaço decisório, que dificulta a circulação de informações e a articulação entre agências públicas. Esta é uma característica estrutural e histórica da evolução do aparelho de Estado no Brasil e não, como pode parecer, uma especificidade de seu segmento voltado para a área científica e tecnológica. A advertência vale, porque a descrição acima aplica-se integralmente ao Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

A partir do primeiro governo Vargas estabelece-se uma dualidade básica no Estado brasileiro, com um desenvolvimento em paralelo à sua estrutura mais tradicional, de uma burocracia mais moderna, mais ágil, voltada para o planejamento. Esta dualidade acentuou-se a partir da década de 50, com a proliferação de "grupos executivos" com funções de formulação de políticas setoriais e a criação do BNDE e se consolidou, embora com alguma alteração institucional, no regime posterior a 1964, com a criação de novos órgãos, principalmente o Ministério do Planejamento.

A estrutura básica do Sistema de *C* e *T* nasce, exatamente, desta burocracia paralela, voltada para o desenvolvimento nacional. Mas que, por suas próprias funções, mantém relações muito estreitas, ainda que problemáticas, com o setor estatal responsável pela educação de nível superior. Foi-se estabelecendo, assim, uma divisão delicada, precária e controvertida de trabalho entre as diversas agências diretamente ligadas à pesquisa e ao ensino, como mencionado na seção anterior.

Este processo produziu, de um lado, alguns efeitos positivos: em primeiro lugar, dinamizou a área de apoio a atividades relativamente novas no país, como são o ensino de pós-graduação e a pesquisa científica; em segundo lugar promoveu a diversificação de fontes de apoio, atendendo a necessidades diferentes da comunidade. Diversificação esta que deve ser preservada, até mesmo como um antídoto à centralização burocrática do poder. Houve, também, externalidades

negativas, como a inevitável justaposição de competências e os conflitos e competições entre jurisdições no interior do Estado, estas provavelmente evitáveis com sólida disposição política e alguma criatividade administrativa e institucional. O Sistema — aí incluídos os setores pertinentes do MEC — tem se articulado mal, tem impedido, mais que promovido, a circulação de informações. Apresenta-se, sob vários aspectos, fragmentado e compartimentalizado.

Em um certo sentido é o sistema estatal de *apoio* à ciência e à tecnologia que tem enfrentado graves dificuldades para se institucionalizar e, conseqüentemente, produzido a instabilidade institucional do sistema de *produção* de ciência e tecnologia e não o contrário.

Alguma justaposição de competências é, de certo modo, inevitável e insuperável. A própria natureza de atividade científica e tecnológica impede que a política voltada para seu desenvolvimento encontre localização institucional no interior do Estado, que a torne inteiramente imune à sobreposição de funções entre agências de diferentes jurisdições. Mesmo a criação de um ministério para a ciência e a tecnologia não daria solução plenamente satisfatória a este problema, na medida em que as fronteiras próprias à atividade científica e tecnológica cortam outras divisões, também justificadas, de áreas de atuação. O conjunto ciência/tecnologia abrange atividades contíguas, com alguns pontos importantes de interseção, mas com vários outros inteiramente independentes entre si. A própria relação entre ciência e tecnologia não é *necessária* o tempo todo, nem unívoca, nem unidirecional. Formam um sistema aberto que associa em diferentes coordenadas de espaço e tempo o ensino, a pesquisa — em suas diversas etapas e modalidades, da pesquisa fundamental à aplicada — o desenvolvimento e difusão de tecnologia e a própria atividade produtiva. Diz respeito, portanto, a diferentes setores da atividade social, da universidade à indústria, passando pelas áreas de promoção do bem-estar social.

O ponto é que esta complexidade real e institucional tem que ser explicitada e enfrentada politicamente, produzindo definições claras de competências e mecanismos eficientes de articulação, cooperação, coordenação e resolução de conflitos entre as agências componentes do Sistema. O excesso de organismos envolvidos na regulação e apoio nas áreas de ensino de pós-graduação e pesquisa científica ainda tem contribuído, adicionalmente, para burocratizar e emperrar o funcionamento do Sistema. Alguns destes organismos, diga-se de passagem, são hoje inteiramente dispensáveis. Criam mais oportuni-

dades de conflitos e confusões, sem que contribuam para o encaminhamento de soluções reais e operativas. É evidente que certas decisões de política mais geral, certas medidas que promovam maior coerência e articulação ao Sistema estão a requerer um mecanismo eficiente e simples de decisão coletiva, envolvendo os escalões superiores das diversas jurisdições que o compõem.

### **As Ciências Sociais e o Estado**

Tudo o que foi dito até agora aplica-se integralmente às relações entre a comunidade de cientistas sociais e o Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Apenas com maior gravidade, pois as Ciências Sociais têm sido vistas com permanente suspeição pela maior parte dos responsáveis pelas agências estatais, em particular as irmãs — que os preconceituosos julgam bastardas — da economia. As Ciências Sociais só experimentam certa distensão na sua delicada e precária convivência com o sistema estatal, quando encontram em postos-chave pessoas que, por sua ilustração e por suas convicções, reconhecem a importância e qualidade óbvias de sua produção no país. Normalmente têm que justificar cada centavo, quando não aceitá-los de forma escamoteada e envergonhada a título de “pesquisa voltada para o desenvolvimento social”.

A recorrência de relações pouco satisfatórias, a persistência das discriminações terminaram por produzir na comunidade um certo temor em se apresentar com sua verdadeira cara diante do Estado. Tornaram-se um pouco cúmplices no processo. Assumiram certas interpretações equivocadas — como, por exemplo, de que são o ramo mais frágil das ciências, o menos institucionalizado, o menos desenvolvido, etc. É certo que, ao contrário de outros ramos das ciências que têm a virtude ou o defeito de amadurecerem, às Sociais foi concedido o dom da eterna juventude. Mas, elas vêm de tal modo e por tantas décadas aproveitando todos os benefícios da juventude, que não há mais como não reconhecer-lhes certo tipo de maturidade, ainda que não tenham cabeleiras brancas e ainda que estas não estejam adornadas com as certezas luminosas das leis determinísticas. Mas já são capazes de exibir algumas formas rigorosas de análise, qualitativas e quantitativas, e algumas elaboradas leis probabilísticas, dotadas de alguma beleza. Maturidade algo transviada pela natureza mesma de seu objeto de conhecimento e dos métodos de que dispõe para conhecê-lo.



Em poucas palavras: as Ciências Sociais observaram — e em grande medida devido ao apoio governamental garantido por dirigentes destituídos de preconceito — substancial desenvolvimento no Brasil, encontrando-se, hoje, em avançado estágio de institucionalização. São atividades institucionalizadas, o que, como vimos, não se confunde com autofinanciamento ou independência financeira em relação às fontes de financiamento à Ciência. Por diversas circunstâncias, algumas bastante óbvias, outras associadas exatamente ao sólido processo de institucionalização e progresso das Ciências Sociais, o Brasil é hoje o mais dinâmico centro de produção de conhecimento na área, na América Latina. O outro é o México. É, também, o Brasil um dos poucos centros do Terceiro Mundo comparáveis em qualidade aos dos países mais avançados (fora da América Latina, a Índia seria um outro centro respeitável). Há, como disse, muitas razões para que isto seja assim, algumas delas obviamente espúrias. Mas não é por acaso que os três países mencionados em destaque — Brasil, México e Índia — estejam entre aqueles que têm, entre outros atributos, sistemas estatais mais desenvolvidos de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico. Mas não se pode, também, deixar de mencionar o fato de que provavelmente o período mais árduo e incerto do processo de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil tenha sido atravessado pelos núcleos originários da comunidade, em clima de ostracismo político quando não de repressão, à míngua de recursos estatais, sobrevivendo, fundamentalmente, de recursos estrangeiros. É justo mencionar, também, que o período recente de institucionalização foi precedido por um ciclo anterior de “desinstitucionalização” forçada.

Apenas a partir de 1976 as Ciências Sociais começaram, de fato, a receber apoio substancial do Sistema, através do FNDCT. É de se esperar que não ocorram novos ciclos de “desinstitucionalização” ou de discriminação financeira. Esta, aliás, existe ainda. Basta ver a participação relativa das Ciências Sociais nos aportes do FNDCT à atividade científica, em comparação ao seu peso relativo no sistema de produção de conhecimento científico. Por outro lado, o reconhecimento das Ciências Sociais no Brasil é, ainda, precário, em contraste com seu reconhecimento no plano internacional, co-participando do processo de exploração das novas fronteiras do conhecimento na área.

Não se trata aqui de debater o caráter científico ou não das Ciências Sociais, o que me parece desinteressante e improfícuo. Trata-se, apenas, de ressaltar as dificuldades de reconhecimento da relevância *sócio-cultural* do conhecimento que produzem e da importância

de conceder-lhes o apoio financeiro necessário. Entretanto, deve-se notar que, em todas as partes, os diferentes ramos das ciências têm um ritmo de desenvolvimento variado. Um indicador confiável do desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil está no fato de que são interlocutoras reconhecidas e de nível igual em relação às comunidades dos países mais avançados, ao contrário do que possa se verificar em outras áreas científicas, ainda em estágio de desenvolvimento embrionário no Brasil.

É indispensável que o Sistema de *C* e *T* admita, claramente, a qualidade e relevância das Ciências Sociais no país e destine a elas recursos compatíveis e assegurados, prescindindo de pedidos e justificativas, já inadmissíveis, quanto à sua importância, utilidade e coisas que tais. É um problema de competência e informação: quem não sabe para que servem as Ciências Sociais, que tipo de conhecimento produzem e não é capaz de lhes reconhecer o mérito e a qualidade, entende pouco do estado contemporâneo da atividade científica como um todo, no Brasil e no Mundo.

A atividade de pesquisa em Ciências Sociais requer, além do reconhecimento explícito de sua relevância no contexto do processo de desenvolvimento científico do país, ser melhor compreendida. Em primeiro lugar, cumpre definir com clareza que a finalidade das instituições de Ciências Sociais é a *mesma* no seu campo de atividade social que a de qualquer outra instituição científica: desenvolver objetivos de natureza pública inerentes ao ensino de pós-graduação e à pesquisa voltada para a produção de conhecimento científico novo. Portanto, a ênfase na pesquisa aplicada é tão enganosa e prejudicial para as Ciências Sociais quanto para os outros ramos científicos.

A pesquisa universitária em Ciências Sociais deve estar voltada para a produção de conhecimento científico de alto nível, não devendo ter obrigatoriamente como fim primário a sua aplicação imediata. Este esforço tem resultado, entretanto, em importante conjunto de informações científicas, análises e diagnósticos da realidade econômica, social, cultural, política e institucional do país, de domínio público e, em decorrência, apropriável por qualquer agência pública ou privada interessada. Na verdade, resultados de pesquisas em Ciências Sociais de natureza precipuamente acadêmica têm sido utilizados por entidades públicas e privadas, para orientação de seu processo de tomada de decisões. Não raras vezes cientistas sociais brasileiros são solicitados a atuar em funções de assessoramento e aconselha-

mento, bem como a conduzir pesquisas e diagnósticos, com fins eminentemente aplicados, precisamente em função de suas pesquisas e trabalhos acadêmicos de reconhecida qualidade.

Na medida em que tratam da própria realidade social, econômica e política, as Ciências Sociais desenvolvem, naturalmente, uma face aplicada e prescritiva. Mas não se configuram como disciplinas científicas marcadas por uma perspectiva eminentemente aplicada: não constituem, necessariamente, uma “engenharia econômica”, uma “engenharia social” ou uma “engenharia política”, embora possam desenvolver os métodos, as técnicas e os quadros analíticos necessários às “engenharias”.

Na verdade, a realidade social, política e econômica é de tal modo dinâmica, que as próprias disciplinas científicas se vêm compelidas a um processo de contínuo desenvolvimento. Em primeiro lugar, ao contrário das ciências da natureza, as Ciências Sociais admitem e requerem uma razoável pluralidade de linguagens científicas e orientações teóricas, além de manterem um espaço permanentemente aberto à influência de valores sobre o julgamento científico. Como isto se dá ao mesmo tempo em que se desenvolvem e refinam as ciências, em que a sua capacidade explicativa e preditiva aumenta para o conjunto, seria incorreto continuar a considerá-las em um estágio menos avançado de desenvolvimento e, portanto, caracterizá-las como ciências “pré-paradigmáticas” no sentido de Kuhn.<sup>1</sup> Ao contrário, seriam, por definição, ciências “pluri-paradigmáticas”.

Em segundo lugar, o dinamismo de seu objeto requer permanente trabalho de aprimoramento de linguagens, metodológico e teórico. Impossibilitadas de recorrer ao experimento, estas disciplinas requerem conexões mais complexas entre o trabalho teórico, o trabalho metodológico, o ensino e a pesquisa. Finalmente, dependem, em muitos casos, da interação direta do pesquisador com indivíduos, agregados sociais, instituições, para obtenção de dados primários e secundários, o que faz da atividade de pesquisa um processo que absorve fundamentalmente recursos humanos qualificados.

Esta, entre outras, a razão pela qual as instituições não podem prescindir da pesquisa conceitual, teórica e metodológica, que acompanha o desenvolvimento das disciplinas que são, como vimos, extre-

---

1. T. S. Kuhn, *The Structure of Scientific Revolutions*, Chicago, University of Chicago Press, 1962.

mamente dinâmicas. Além disto, precisam, também, desenvolver projetos com base empírica, mas fundamentalmente voltados para o aperfeiçoamento teórico e metodológico. Tais projetos produzem dois tipos de resultados: de um lado, resultados de aplicação difusa e multidimensional, que não se prestam à absorção inequívoca e imediata por qualquer agente específico da sociedade mais ampla; de outro, resultados cuja aplicação é incerta, pois estão na fronteira do conhecimento. Ambos são, no entanto, de extrema importância para o desenvolvimento da ciência social enquanto disciplina científica. Desenvolvem, ainda, projetos empírico-concretos, baseados já em razoável desenvolvimento teórico e metodológico e que, embora não sejam formulados a partir de intenções de aplicação, imediata ou não, produzem resultados relevantes para várias áreas de atividade política, social e econômica, e mesmo para informar decisões públicas ou privadas. Finalmente, como linha complementar importante, figuram as pesquisas de natureza aplicada, objeto claramente definido, em geral associadas à solução de problemas, avaliação de processos e/ou resultados de ação pública ou privada, à formulação de diagnósticos e à implementação de mudanças sociais, organizacionais, políticas, institucionais, econômicas, etc.

É importante notar que, dados a estrutura, os processos e a natureza das relações no interior destas sociedades e entre Estado e sociedade, a ênfase séria e objetiva em pesquisa aplicada ainda teria que enfrentar-se com delicada e complicada questão política: aplicada para quem?

Finalmente, é preciso notar que nem todo *problema social* é, necessariamente, passível de solução através da aplicação de conhecimentos e técnicas produzidos por uma *ciência social*. Uma ciência social pode identificar problemas que outra ciência social ajudaria a resolver: quando, por exemplo, uma análise econômica identifica problemas de natureza política ou vice-versa. Mesmo assim, o *agente de resolução* não seria um cientista social enquanto tal, mas um agente político que pode ou não ter treinamento na área. Mas os problemas podem estar afetos a outros ramos — exatos ou naturais — da ciência ou a questões técnicas que nada têm a ver com as Ciências Sociais. São problemas *sociais* por causa de seu alcance *coletivo*, mas cuja solução dependerá de outras ciências ou de engenharia.

Aqueles problemas sociais que, em princípio, requerem para sua solução conhecimentos oriundos das ciências sociais em geral necessitam, também, do concurso de conhecimentos substantivos de outras

áreas e habilitações técnicas especializadas, precisamente porque as ciências sociais são ciências ou disciplinas científicas analíticas. Trata-se, aqui, da distinção entre ciências sociais como disciplinas analíticas e técnicas de programação social.

Seria de todo inaceitável, e de resto incorreto, pretender que no futuro próximo o apoio às Ciências Sociais provenha de recursos aplicados a programas de desenvolvimento social.

A área de desenvolvimento social está a requerer maior e mais apropriado apoio financeiro do Estado e do Sistema de *C e T* em particular. Entretanto, é preciso notar que se trata de uma área de aplicação específica e especializada das Ciências Sociais, que envolve treinamento especial. Aliás, é bom que se destine parte dos recursos à formação de pessoal qualificado. São poucos aqueles realmente habilitados na área no Brasil. Os economistas, sociólogos e politólogos saídos das faculdades ou dos cursos de mestrado não estão, de forma alguma, habilitados a desenvolver atividades neste campo.

Qualquer concepção da área de desenvolvimento social que pretenda aí incluir a atividade científica, a pesquisa acadêmica, estará equivocada, não se configurando, portanto, como instrumento competente, adequado e eficaz, quer ao apoio às Ciências Sociais, quer à promoção do processo de desenvolvimento social.

Além do mais, o desenvolvimento da pesquisa em Ciências Sociais, seu aprimoramento constante e sistemático, teórico, metodológico e analítico são indispensáveis às atividades de aplicação no campo do desenvolvimento social.

As Ciências Sociais no Brasil atingiram, há muito, nível de maturidade e qualidade indiscutíveis e indisputáveis, habilitando-as a definir por seus próprios critérios as condições de relevância na produção de conhecimento e as áreas de desenvolvimento prioritário. A comunidade está certamente disposta a colaborar com as autoridades do Sistema de *C e T* na formulação de seus programas destinados a apoiar suas atividades, bem como no desenvolvimento de instrumentos de avaliação de projetos e pesquisas de acordo com os critérios pertinentes à comunidade.



## O PODER JUDICIÁRIO NO BRASIL: TENDÊNCIAS E LEITURAS \*

*Antônio Cláudio Nuñez*

---

O Poder Judiciário, qualquer que seja o seu grau de autonomia num determinado sistema político, é parte integrante do Estado e dentro dele passa a ter diversas funções. Mesmo que se admita especificidade das funções e da atuação e até mesmo da ideologia do Judiciário, não poderemos esquecer de forma alguma que o Judiciário é parte da instituição estatal como um todo. O Estado atua como totalidade, totalidade esta que implica na atuação coerente e coordenada de seus diversos ramos. Ainda que estes sejam dotados de autonomia relativa, as dissensões internas entre os diversos ramos do aparelho estatal (mesmo quando exacerbadas) não podem levar à oposição aberta sob pena de paralisia de todo o aparato público. Num primeiro momento não haveria razão maior de estabelecer diferenciações profundas entre o aparelho judiciário e os demais ramos do Estado (o exército, a polícia, a burocracia, as prisões, os hospitais psiquiátricos, etc.) no que tange ao aspecto administrativo-repressivo da sua atuação.

Entretanto, é preciso que tenhamos presente que cada um dos ramos do Estado participa de uma forma desigual na produção dos aspectos coercitivos e ideológicos que circundam e definem a atuação do Estado. Se a preocupação maior da polícia será a manutenção da ordem pública, do exército a defesa nacional (interna e externa), a

---

\* Resenha publicada no BIB n.º 13.

do Judiciário consistiria fundamentalmente em *sancionar o descumprimento da regra de direito*, o que desde logo conduziria a três caminhos:

1. O Judiciário se torna fiel guardião do respeito às normas jurídicas. Não é o único a exercer tal função, visto que os demais poderes da ordem interna do Estado também devem velar pela observância das leis (o Executivo p. ex., seja através das procuradorias, ou nos processos administrativos, adquire função análoga a de promotor ou juiz), mas é a instituição que acumula maiores obrigações nesta tarefa, e aquela que tem sempre o poder de decisão em última instância. A função do juiz passa a ser a do guia moral do ordenamento sócio-jurídico-político;

2. A legitimação do poder de Estado através da imposição da ordem jurídica. É o poder de direito, a legitimação do tipo racional-legal, de acordo com a ótica weberiana, que passa a imperar. A ordem jurídica, sancionada e resguardada pela ação dos tribunais fornece a racionalidade necessária à estruturação e à execução do mando dentro da sociedade, discrimina as práticas permissíveis e condenáveis no corpo social, bem como atribui limites às estruturas e formas de exercício do poder. É a legalidade que dá boa parte da legitimidade no uso pelo Estado da violência pública organizada;

3. As decisões do corpo de juízes passam a constituir-se em importante fonte de direito (papel da jurisprudência). Ainda que a doutrina jurídica discuta — e discuta amplamente — se a jurisprudência é ou não fonte de direito, e mesmo sem menosprezar o sentido de tais polémicas, parece justo concluir — e neste sentido estamos apoiados na unanimidade dos sociólogos do direito — que o juiz inova, por vezes mesmo “contra-*legem*”, e ao inovar está contribuindo de modo decisivo para a formação da vontade jurídica nacional.

Estes aspectos por si só já seriam suficientes para definir o Judiciário como um *centro de poder* dentro do aparelho de Estado, dotado de caracteres e funções específicas, que lhe permite constituir-se numa espécie de universo fechado a incursões vindas do exterior. São estes caracteres e funções específicas que permitem que a instituição judiciária produza valores e formas de organização que lhe são próprios, que disponham de uma dinâmica particular de desenvolvimento ainda que globalmente adaptados e compatíveis aos demais valores e formas de organização socialmente dominantes.

Dissemos acima que a ação dos juizes e do Poder Judiciário em geral participa — e participa ativamente — do processo de legitimação da autoridade do Estado. Esta participação se dá através de métodos e instrumentos próprios que condicionam e permitem a inclusão da ordem jurídica e dos Tribunais dentro das funções de dominação do aparelho coercitivo. Dentro dos diversos ramos do aparelho de Estado, o Judiciário passa a ser aquele elemento que mantém as relações mais íntimas com o aparelho normativo em seu conjunto. Esta forma de ligação traz um significado todo especial que se reflete ao mesmo tempo nas formas de estruturação e nos símbolos ideológicos produzidos pelos magistrados.

A medida que o Judiciário dispõe de uma autonomia relativa dentro da órbita estatal (em função da existência de diversos poderes “harmônicos e independentes”) e devido também à ligação privilegiada com o direito, a instituição judiciária passa a dispor de um campo de ação mais largo e mais variável que os demais ramos do aparelho repressivo. O juiz não é mais um simples distribuidor de sentenças concebidas a partir de regras imutáveis. Seus julgamentos, opiniões e atitudes — quer individualmente, quer enquanto corpo social — mesmo que fortemente condicionados pelo espírito, forma e letra da lei, refletem também as contradições, as fissuras existentes na sociedade e podem a partir daí inclusive provocar contradições e fissuras suplementares.

Tomemos os aspectos das lutas sociais. A ordem jurídica atual implica na tradução do poder burguês na sociedade, mas implica também no reflexo de um certo tipo de relação de forças. O Direito, assim como o Estado, é ator num processo de luta e é objeto desta mesma luta. A ordem jurídica representa ao mesmo tempo um reflexo das lutas sociais (posição subordinada) e um fator de integração das diferentes correntes em luta submetidas à autoridade do Estado (posição subordinante). Os conflitos entre classes sociais influenciam a elaboração e aplicação da regra de direito e introduzem contradições na ordem jurídica. Em função da correlação existente entre a lei e o seu principal aplicador — o Judiciário — o surgimento das contradições introduz um elemento suplementar que produz efeitos mais visíveis e mais sensíveis na máquina judiciária do que em outras instituições do Estado.

O juiz deve aplicar a lei, norma genérica, abstrata, traduzindo-a do geral para o particular. Na sua ação está condicionado às fórmulas de interpretação e aplicação do direito, mas dispõe sempre de um



*poder de interpretação* que implica na ação de elementos subjetivos (e ideológicos) da maior importância. Esta subjetividade, combinada com as contradições a que aludimos acima, elimina a hipótese do monolitismo dentro do corpo de magistrados. As contradições no social implicam em contradições no jurídico e estas conduzem a contradições na ação e na ideologia do aparelho judiciário. É por isto que se poderá falar no “juiz progressista” ou no “juiz conservador”, bem como poder-se-á, por vezes, observar discrepâncias entre a orientação de diferentes hierarquias, entre o juízo de primeira instância, por exemplo, e os Tribunais superiores.

Por fim, o aparelho judiciário tende em bloco a privilegiar a defesa de certos valores: “Justiça”, “Equidade”, a “Liberdade”, etc. Valores estes que se constituem numa projeção da ideologia dominante. A vivência deste universo simbólico pode, em determinadas circunstâncias, estabelecer uma forte resistência face ao Poder (entenda-se, ao Governo, ao Executivo) nas situações onde este exige do Judiciário a prestação de certo tipo de serviço julgado incompatível com a ideologia latente da instituição.

O Judiciário, entretanto, não dispõe do mesmo espaço e não tem as mesmas funções em qualquer sistema político. Quando o funcionamento regular das instituições for interrompido e em lugar do relativo equilíbrio entre poderes tivermos a nítida predominância de um dos poderes (hipótese de hipercentralização) a dimensão *política* do judiciário acaba sofrendo as conseqüências. Na verdade, temos aqui duas situações: em primeiro lugar relações de direito que poderíamos chamar *privadas*, onde as partes estariam em situação de igualdade jurídica, nas quais, quando o Judiciário intervém, o faz mantendo a sua soberania e confirmando a idéia clássica de um poder colocado numa situação de árbitro, acima dos interesses particularizados e discordantes; em segundo lugar, relações de direito que poderíamos classificar como *públicas*, onde impera a *raison d'état*, nas quais nem a lei, tampouco a autoridade judiciária são capazes de colocar freios jurídicos aos atos do poder; a lei tornando-se um instrumento agilizador e legitimador dos atos do Executivo, cuja vontade não é submetida nem ao direito, nem à apreciação do Judiciário. Neste caso, a ação dos magistrados torna-se francamente nula.

Se o Judiciário pode, deste modo, ser compreendido como uma esfera de poder dentro do aparelho estatal, torna-se incompreensível o quase descaso com que a ciência social brasileira o tem tratado. Se observarmos a literatura política disponível, veremos que os estu-

dos sobre o Legislativo (aos quais poderemos somar os estudos sobre Partidos políticos e toda a sociologia eleitoral) como também sobre o Executivo (compreendido numa definição ampla, englobando Governo e Administração direta e indireta) detêm a quase unanimidade da atenção da crítica voltada à análise das Instituições Políticas brasileiras. As razões de tal omissão podem ser pensadas a partir de duas perspectivas: por um lado a de que o Judiciário brasileiro, em que pese a analogia formal com o modelo americano, não disporia da suficiente dose de autonomia face ao Executivo central ou aos Executivos estaduais. A atividade judiciária manifestar-se-ia como uma espécie de linha auxiliar das elites administrativas reinantes. Realmente, torna-se incômodo pensar num espaço de poder inerente às elites judiciárias se combinarmos tal noção com os conceitos de “política dos governadores”, “coronelismo” (e sobretudo) com a noção de um regime forte com preponderância de um Executivo militar ou paramilitar; por outro lado, pelo fato de que as ciências sociais brasileiras obtiveram nas duas últimas décadas um forte desenvolvimento quantitativo e qualitativo. Este esforço e os resultados razoavelmente felizes dele obtidos se manifestam dentro de condições sabidamente adversas e coincidiram justamente com os dezoito anos de dominação burocrático-militar, vale dizer com a vigência de um regime político onde o Judiciário teve amputadas inúmeras das suas prerrogativas e funções, tornando-o, ainda que por equívoco, um objeto menos atraente à pesquisa acadêmica.

De qualquer modo, dispomos de algumas obras de referência, a maioria das quais dedicadas à análise do Supremo Tribunal Federal, os demais juízos relativamente esquecidos enquanto objeto de reflexão.

Leda Boechat Rodrigues na sua *História do Supremo Tribunal Federal* (1965, 1968) tenta reconstituir o período de formação da nossa maior corte de justiça na era republicana. O primeiro tomo da obra cobre o período situado entre 1891-1898 e fala sobretudo da “Defesa das Liberdades Civis”; o segundo tomo cobre os anos 1899-1910 e a preocupação maior é a “Defesa do Federalismo”. O período estudado coloca desde logo um conflito que não será único na história brasileira: o de um Executivo forte e de liderança militar (Deodoro, Floriano) contraposto a um Judiciário liberal e conservador. A Revolução Republicana implicaria na instauração natural de um período de autoritarismo. Não teve no STF um aliado dócil, embora a oposição eventual tenha se preocupado em manter as suas discordâncias dentro de um nível aceitável para a permanência das instituições. A lógica cons-

tucional da República deu ao Judiciário instrumentos de ação política, transformando-o no guardião da constitucionalidade das leis, função que lhe permitiria controlar atos do Parlamento e sobretudo da administração pública, seja ela federal ou não. Tal faculdade permitiria ao STF adotar posição que contrariava a lógica do federalismo dualista celebrizado na "política dos governadores" insistindo na soberania da União sobre os Estados, tendo o STF admitido a inconstitucionalidade de diversas leis e decretos estaduais sobretudo em matéria de direito financeiro.

É ao professor Aliomar Baleeiro, financista célebre e ministro do STF, que se deve *O Supremo Tribunal Federal, esse outro desconhecido* (1968). Obra não exatamente apologética ou jurídicista tenta discriminar o estudo do STF a partir das analogias e contrastes com o modelo da Corte Suprema dos EUA. O livro atinge o seu ponto maior em dois momentos: quando tenta pensar o Supremo enquanto fator da unidade do direito nacional e enquanto o analisa como órgão político e de governo. Os resultados, entretanto, são menos ambiciosos que a intenção. Possivelmente por falta de uma metodologia adequada e por não possuir estudos primários à sua disposição, o livro de Baleeiro é mais importante na análise do sistema jurídico estrangeiro (sobretudo o americano) que do nacional.

Edgar Costa, também ministro do STF, publica uma extensa síntese d'*Os grandes julgamentos do Supremo Tribunal Federal* (5 vols. 1964/1987) cobrindo as decisões mais polêmicas do STF desde a sua criação. Uma análise mais ampla do Judiciário pode ser encontrada na obra do professor gaúcho Lenine Nequete *O Poder Judiciário no Brasil a partir da Independência*, cujo volume primeiro é dedicado ao Império e o segundo à República. Amparado em forte bibliografia, Nequete reconstitui a formação e constituição das nossas cortes judiciais sem a preocupação de limitar-se à análise exclusiva do Supremo. Livro de mérito jurídico e histórico, atinge o seu ponto maior quando examina as instituições imperiais, passa com cuidado pela República Velha, mas decai ao descrever o período posterior à Revolução de 30 e atinge a um mutismo constrangedor ao falar do período pós-1964. Falha grave que merece ser atenuada se comparada com o cuidado dispensado ao período imperial (trata-se talvez do único estudo sistematizado acerca da época) e à apurada síntese estabelecida nos comentários sobre a República Velha.

Em obra recente o prof. Osvaldo Trigueiro do Vale preocupa-se em analisar as relações entre o *Supremo Tribunal Federal e a Insta-*

*bilidade Político-Institucional* (1976). A pesquisa visa a compreender um período particularmente difícil vivido pelo STF no Brasil, ou seja, entre a eclosão do movimento militar de 1964 e o Governo Geisel. Obra bem documentada, reproduz os momentos de maior tensão entre o Poder Revolucionário e o Judiciário brasileiro, privilegiando sobretudo o Governo Castello Branco. Tal privilégio não se dá por acaso: é exatamente neste período — que poderíamos prorrogar atingindo parte do Governo Costa e Silva — que o conflito entre o *poder normativo inerente às Revoluções* (para utilizarmos a expressão do Ato Institucional n.º 1) e o Supremo Tribunal atingem o seu ápice em função de dois aspectos fundamentais: as liberdades públicas e a questão federativa (curiosamente os mesmos que preocupavam Leda B. Rodrigues na sua análise do STF meio século atrás). A ambigüidade político-jurídica que marcou os quatro primeiros anos pós-64, a simbiose entre os resquícios de liberalismo remanescente da Carta Política de 1946 e o autoritarismo inerente ao projeto militar permitia que o Judiciário (assim como o Parlamento) oscilasse entre a adesão e a resistência, resistência esta que é vencida pouco a pouco através de diversos instrumentos: pela depuração do direito positivo com a adoção sucessiva de Atos Institucionais, Atos Complementares, Emendas Constitucionais e finalmente com uma Carta Política semi-outorgada (a Constituição de 1967) o que condicionava a ação dos membros do Supremo à aplicação da letra da lei; pelo aumento do número dos ministros do STF (de onze para dezesseis) criando assim uma nova turma de magistrados afinados com os objetivos do Poder Revolucionário e finalmente com a edição do Ato Institucional n.º 5 (e também do Ato n.º 6) que não apenas reduziram a competência daquela Corte de Justiça, como também aposentaram punitivamente a três dos seus ministros (dois outros solicitaram aposentadoria em protesto) transformando o Supremo num órgão *administrativamente saudável, tecnicamente ágil, mas politicamente morto*.

João Baptista Herkenhoff ao analisar *A Função Judiciária no Interior* (1979) realiza aquele que talvez seja o único estudo sociológico sobre o juiz de direito, tomando como amostra o Estado do Espírito Santo. O autor abandona voluntariamente a lógica do Direito Constitucional, do Direito Processual ou mesmo da Ciência Política e procura estabelecer uma radiografia do sistema judiciário nas comunidades interioranas. Partindo de uma extensa entrevista aplicada a todos os juizes daquele Estado e parte da população de sete municípios além da Capital, a obra conclui que existe uma clara distinção entre a pessoa e a autoridade do juiz e a realidade da justiça, sendo que

o primeiro obtém um carisma pessoal como líder moral da coletividade, que lhe dá funções outras que aquelas previstas no ordenamento jurídico. A Justiça em si é comumente criticada, seja pela demora ou pelas custas processuais. A pesquisa confirma ainda a clara proveniência da classe média na composição do corpo de magistrados, e quando indaga a ideologia de referência dos juizes conclui que liberais e conservadores extremados constituem minoria, a maior parte optando por um moderado conservadorismo, conscientes da necessidade de adaptar os valores da ordem jurídica nacional ao *modus vivendi* interiorano. A pesquisa do professor Herkenhoff atinge o seu momento maior quando constata que o juiz no interior atua como um mediador entre classes ao integrar o Direito estatal, o Direito do latifúndio e o Direito popular, propiciando uma síntese dos apelos urbanos e rurais. Deste modo ele é extremamente moderado quando pensa nas conquistas e ampliação da legislação trabalhista, bem como às possibilidades de emancipação da mulher; mostra-se liberal ao tomar posição a favor do preso e ao condenar as condições carcerárias e opta pela lógica estatal contra a lógica rural na condenação do uxoricídio e no posicionamento legalista quando da anulação de casamentos. Deste modo, o juiz passa a ser não exatamente um agente modernizador, tampouco um mero reprodutor da ideologia dominante, mas um indivíduo que, na sua ação social e no desempenho profissional específico face a uma realidade em transição, age como agente moderador entre os interesses contraditórios da ordem pública e dos principais agentes sociais.

Em síntese, o Judiciário permanece a ser pensado e pesquisado, seja como ramo do aparelho estatal, seja como agente social; resta-nos o consolo de que tais pesquisas, se até o momento insuficientes, já permitem um mínimo de reflexão crítica.

**ANPOCS** **b i b**  
Revista Brasileira de Informação  
em Ciências Sociais

**13**